

24 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Projeto do STF pode tornar Judiciário

## maior e mais caro

Ministro Luiz Fux defende reajustes salariais com critério de aumento mais generoso que o do salário mínimo

**Outra proposta é fixar a proporção de 1 desembargador para cada 4 juizes, criando milhares de cargos**

GRACILIANO ROCHA  
DE SÃO PAULO

Em fase de gestação no STF (Supremo Tribunal Federal), a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman) — norma que estabelece todas as regras para juizes, desembargadores e ministros de tribunais superiores — desenha um Poder Judiciário maior, mais caro e menos sujeito a controles de produtividade e eficiência.

O estatuto lista direitos e deveres dos 16,4 mil magistrados encarregados de julgar mais de 100 milhões de processos no país.

Muitos aspectos da Loman atual, de 1979, tornaram-se anacrônicos após a Constituição de 1988 e a criação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A própria Carta Magna determinou que o STF preparasse uma atualização, o que nunca foi cumprido. Nas últimas décadas, todas as propostas naufragaram.

Durante a presidência de Joaquim Barbosa no STF, o ministro Gilmar Mendes elaborou um projeto para modernizar a Loman. No fim de 2014, o atual presidente, Ricardo Lewandowski, apresentou novo anteprojeto, a

base do texto a ser enviado ao Congresso ainda este ano.

O texto de Lewandowski e as emendas posteriormente sugeridas pelo ministro Luiz Fux tendem a aumentar o gasto com pessoal, 412,5 mil servidores que, em 2013, consumiram 90% do orçamento da máquina judicial brasileira (R\$ 62 bilhões).

### REAJUSTES

Uma das mudanças desejadas por Luiz Fux é transferir do Congresso Nacional para o STF o poder de reajustar os salários dos próprios integrantes da corte.

Pela fórmula, o STF fixaria um reajuste baseado na inflação dos últimos doze meses, previsão de inflação para o ano seguinte, crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e um fator que ele chamou de “necessidade de valorização institucional da magistratura”. O novo salário de magistrados começaria a vigorar a cada 1º de janeiro.

Com o subjetivo dispositivo da “valorização institucional”, os aumentos salariais na corte tenderiam a ficar maiores que os do salário mínimo.

A fórmula teria forte impacto nas contas públicas, porque o salário de ministro do STF é referência para vencimentos no resto do Judiciário, no Ministério Público, no Congresso e, a partir deste último, nas Assembleias Legislativas de todos os Estados.

“A corte decidir o próprio salário já é uma temeridade”, afirma o economista Otto Nogami, professor do Insper. “Mas não tem lógica nenhuma usar o método de reajuste do salário mínimo [variação do PIB], criado a pretexto de reduzir desigualdade, para subir o teto do funcionalismo”, completa.

“Atualmente o Judiciário já não tem recurso para investir em modernização porque o gasto com folha é altíssimo”, critica. A situação ficará pior se a folha for ainda mais inflada, conclui.

Mesmo que gatilho de Fux não prospere, o custo de cada juiz deve crescer, considerando as outras propostas em gestação na nova Loman.

No anteprojeto de Lewandowski são criados benefícios extras que não existiam nem na Loman de 1979 nem na proposta de Gilmar Mendes, como auxílios para educar filhos de juizes de 0 a 24 anos e para curso de pós-graduação no exterior.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

24 MAI 2015

### CARGOS

Fux também quer um aumento substantivo no número de desembargadores no país. Ele propõe que seja fixada a proporção de um desembargador para quatro juízes de primeira instância.

Hoje não há parâmetro obrigatório. Se a ideia vingar, o país precisará criar 834 novas vagas na segunda instância. E, no momento seguinte, contratar milhares de novos funcionários e assessores para auxiliarem os novos desembargadores.

Uma das incertezas da nova Loman diz respeito ao futuro papel do CNJ. Criado para realizar controle administrativo e processual do Judiciário, o órgão é combatido por parte da magistratura.

No esboço de Gilmar Mendes, muitos atos administrativos do conselho seriam incorporados na Loman.

Na proposta de Lewandowski, o papel do CNJ na fiscalização de magistrados suspeitos de irregularidades passa a ser subsidiário ao das corregedorias dos tribunais. Além disso, o conselho não poderia fiscalizar magistrados da Justiça Eleitoral.

Lewandowski queria ainda estabelecer como prerrogativa do juiz não ser interrogado em processo disciplinar ou criminal a não ser por magistrado de instância igual ou superior, "ainda que integrante ou designado pelo Conselho Nacional de Justiça". Na prática, isso poderia inviabilizar a atuação do CNJ, já que seis de seus conselheiros não são magistrados.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) reclamou e Lewandowski recuou. Mudou o texto para possibilitar a atuação de integrantes ou designados pelo CNJ.

A Folha tentou ouvir Fux, Lewandowski e Mendes sobre o tema, mas não teve sucesso.

**“A corte decidir o próprio salário já é uma temeridade. Mas não tem lógica nenhuma usar o método de reajuste do salário mínimo [variação do PIB], criado a pretexto de reduzir desigualdade, para subir o teto do funcionalismo**

OTTO NOGAMI  
economista, sobre a ideia do ministro Luiz Fux, do STF, para correção de salários no Poder Judiciário

**“É preciso que a carreira de juiz tenha os atrativos necessários para atrair os melhores**

**O CNJ poderia dar uma grande contribuição nas propostas de solução de grandes problemas [...], como a lentidão e a morosidade**

JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA  
presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, ao defender melhorar os salários dos magistrados e limitar o papel investigativo do CNJ

CONTINUA

24 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO



#### **O QUE QUER RICARDO LEWANDOWSKI**

**TAMANHO DO JUDICIÁRIO**  
O presidente do STF defende mudanças pontuais, como criação de varas especializadas para julgar conflitos fundiários

#### **SALÁRIOS**

Que o subsídio não ultrapasse o teto da remuneração. Fala em reajuste para preservar "valor real", mas não estabelece periodicidade nem percentuais

#### **FÉRIAS**

60 dias, com pagamento de salário-base

#### **BENEFÍCIOS**

Passaporte diplomático, auxílios para alimentação, moradia, creche, educação (para filhos entre 6 e 24 anos), plano de saúde, extra de até 20% do salário para pós-graduação, até 3 subsídios como auxílio-mudança, pagamento de auxílio-transporte na falta de carro oficial e extras até por participação em banca de concurso

#### **PUNIÇÕES A JUÍZES**

Perda do cargo em caso de crime de responsabilidade, ação penal ou ação civil transitados em julgado. Proíbe condução do magistrado a delegacia, mesmo em flagrante

#### **PRODUTIVIDADE**

Que cada tribunal estabeleça o controle

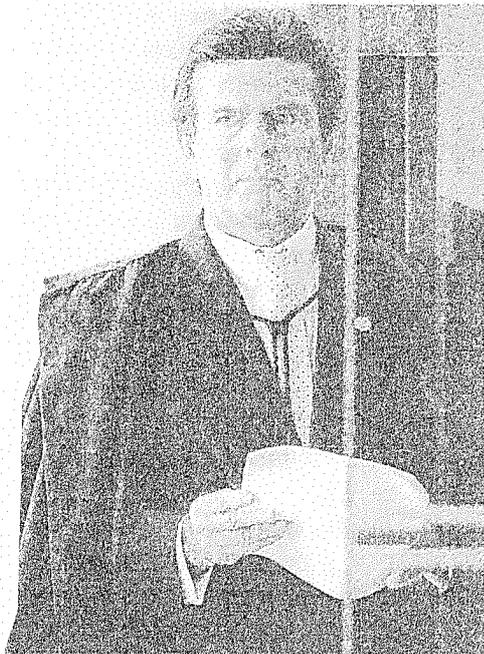
#### **PAPEL DO CNJ**

Perde prerrogativas financeiras e de poder: punições passam a caber às Corregedorias

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO 24 MAI 2015

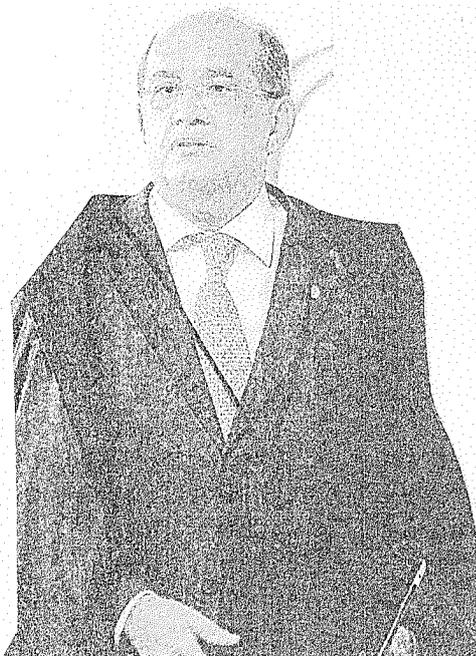
## CONTINUAÇÃO



### O QUE QUER LUIZ FUX

#### TAMANHO DO JUDICIÁRIO

Proporção de 1 desembargador para 4 juízes —o impacto imediato é de mil novos desembargadores, mais assessores e novos juízes



### O QUE QUER GILMAR MENDES

#### TAMANHO DO JUDICIÁRIO

Como Lewandowski, defende mudanças pontuais, como criação de varas especializadas para julgar conflitos fundiários

#### SALÁRIOS

Transferência, do Congresso Nacional para o próprio Supremo Tribunal Federal, da prerrogativa de reajustar salários dos ministros, que servem de base para todo o Judiciário e o Legislativo. Determina reajuste sempre em Janeiro com reposição da inflação, considerando ainda crescimento do PIB e "a necessidade de valorização institucional da magistratura"

#### FÉRIAS

60 dias, com pagamento de um salário-base a cada período de férias

#### BENEFÍCIOS

Defende os mesmos benefícios que o presidente do STF, mais o direito de receber simultaneamente auxílio-moradia e diárias no período em que o juiz for convocado para trabalhar em corte superior; auxílio-mudança no valor de até três salários, mais gratificações

#### PUNIÇÕES A JUÍZES

Mesmo se condenado por improbidade, magistrado não perde o cargo

#### PRODUTIVIDADE

Defende o mesmo que Lewandowski: que cada tribunal estabeleça o controle da produtividade de seus magistrados

#### SALÁRIOS

Remuneração limitada ao teto. Não menciona reajuste

#### FÉRIAS

60 dias, com pagamento de um terço do salário-base

#### BENEFÍCIOS

Indenização de transporte nos deslocamentos a serviço, auxílio-alimentação, auxílio-moradia em caso de lotação em cidade de difícil acesso e com base em valor local de locação

#### PUNIÇÕES A JUÍZES

Perda do cargo em caso de crime de responsabilidade, ação penal ou ação civil transitados em julgado. Só é apresentado diretamente ao Tribunal se prisão não tiver sido em flagrante por crime inafiançável

#### PRODUTIVIDADE

Estabelecer um sistema de metas de resultados em áreas como gestão de custos e ampliação do acesso à Justiça

#### PAPEL DO CNJ

Aumentar poder do órgão ao definir valores para benefícios como o auxílio-alimentação e prever punições administrativas a magistrados

CONTINUA

24 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## 'É preciso atrair os melhores', diz presidente de associação de juízes

DE SÃO PAULO

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, afirma que o reajuste anual dos salários do STF com base em critérios similares à fórmula do salário mínimo ou a criação de novos auxílios e benefícios não representa escalada do corporativismo na nova Lei Orgânica da Magistratura.

"É preciso que a carreira de juiz tenha os atrativos necessários para atrair os melhores quadros", afirma.

Ele é entusiasta da ideia de reduzir o papel fiscalizador do Conselho Nacional de Justiça. Segundo ele, as Corregedorias têm competência para atuar na investigação e punição dos magistrados sus-

peitos de irregularidade.

"O CNJ poderia dar uma grande contribuição nas propostas de solução de grandes problemas do Judiciário brasileiro, como a lentidão e a morosidade", defende Costa.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, não quis comentar os mecanismos de reajuste porque o projeto está em fase embrionária. "O subsídio do magistrado deve ser fixado em valor fixo, não podendo exceder o teto constitucional, incluindo-se as vantagens pessoais", disse.

O ministro Luiz Fux não respondeu ao pedido de entrevista nem às questões enviadas sobre o modelo de reajuste dos salários do STF e o aumento do número de desembargadores que propõe. (GR)



João Ricardo Costa, que preside associação de magistrados

CONTINUA

24 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### Projetos criam auxílios do berço ao caixão

Ministros também falam em 17º salário e ajuda para mensalidade de filhos de até 24 anos

No último concurso para a magistratura em São Paulo, o salário inicial era de R\$ 21.657. O valor pode ser só um detalhe, caso a futura Lei Orgânica da Magistratura (Loman) seja aprovada nos termos propostos pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski.

O anteprojeto da nova Loman prevê uma série de benefícios, ajudas de custos e prerrogativas para os magistrados que não existem na atual versão da lei, de 1979.

Para começar, os magistrados poderão receber até 17 salários por ano: os doze, o 13º, um integral para cada um dos dois períodos de férias no ano e ainda um salário extra à guisa de prêmio de produtividade a cada semestre, se o juiz julgar mais processos do que os que chegarem.

Na proposta de Lewandowski, o adicional de tempo de serviço seria de 5% a cada cinco anos até o limite de 35%. Numã emenda do ministro Luiz Fux, a gratificação por tempo de serviço seria paga a cada três anos até o limite de 60% do salário-base.

Mas salário não é tudo. Um dos capítulos da proposta da futura Loman é o das verbas indenizatórias. Todo magistrado tem direito a moradia de graça. Quando não houver imóvel à disposição, o projeto prevê o pagamento de um adicional de 20% ao salário.

Outro retoque proposto por Fux: nos casos de convocação que exijam a constituição de nova residência, o magistrado poderá receber, ao mesmo tempo, o auxílio-moradia na

origem e as diárias na cidade do tribunal que o chamou.

Deslocamento de casa ao trabalho: na falta de carro oficial, também haveria uma ajuda de 5%, mesmo percentual do auxílio-alimentação. Na proposta de Gilmar Mendes, a ajuda era restrita a deslocamentos em serviço.

Se o magistrado estiver matriculado em curso de pós-graduação, a ajuda de custo prevista pode chegar a um quinto do salário, conforme proposta de Lewandowski.

Casar e ter filhos engorda o contracheque. O auxílio para plano de saúde representará 10% do ordenado para juiz e cônjuge e mais 5% para cada filho. Neste caso, o magistrado também terá direito a reembolso integral de despesas não cobertas pelo plano de saúde.

O pagamento da educação dos filhos seria assegurado pelo auxílio-creche (5%) para cada filho entre 0 e 6 anos. E o mesmo percentual para ajudar no pagamento de escolas particulares até 24 anos.

Benefícios iriam até o caixão. Quando o juiz morrer, o erário assume a conta do funeral, é uma das propostas.

Outra ideia em gestação é criar tratamento diferenciado para juizes no aeroporto. Uma das minutas prevê a concessão de passaporte diplomático para cada magistrado do país. (GR)

CONTINUA

# Tribunais mantêm o maior gasto por servidor

Funcionários estão em campanha  
por reajuste salarial médio de 59,5%

**Cada trabalhador custa à União, em média, R\$ 15,1 mil mensais; no Legislativo, esse valor é de R\$ 14,9 mil**

GABRIELA GUERREIRO  
GUSTAVO PATU  
DE BRASÍLIA

Em campanha por um reajuste salarial médio de 59,5% em análise no Congresso, o Judiciário é o Poder com maior gasto médio por servidor na ativa na esfera federal.

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, a despesa média com pessoal do Judiciário em 2014 foi de R\$ 15,1 mil mensais por funcionário, acima dos R\$ 14,9 mil do Legislativo.

Bem atrás vêm os servidores civis do Executivo, com R\$ 9.919. A média dos militares é ainda menor, de R\$ 3.788.

Os servidores do Judiciário da União reivindicam reajustes com argumento de que, numa comparação entre carreiras equivalentes, sua remuneração é inferior à de outros Poderes.

Segundo a categoria, um analista judiciário recebe entre R\$ 7.000 e R\$ 10 mil. Entre servidores com as mesmas funções no Executivo e Legislativo, os salários variariam entre R\$ 12 mil e R\$ 18 mil.

Além disso, o grupo argumenta que o Poder não obteve aumentos desde 2006 — apenas recomposições que não incidiram sobre a totalidade de seus vencimentos.

Representante do SindjusDF (Sindicato dos Servidores da Justiça do Distrito Federal), André Boratto contesta os dados do Ministério do Planejamento. De acordo com ele, os números levam em conta os salários de todos os membros do Poder, e não apenas dos servidores.

“O gasto com servidor é apenas de salário. Não há gastos agregados. Mas se você somar dentro desse valor o custo total do Judiciário, sai mais caro porque há um número maior de magistrados e juízes que têm vantagens indiretas”, afirma.

A decisão sobre o reajuste dos servidores será do Senado, onde tramita o projeto com os percentuais que serão concedidos gradativamente até 2018. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou o aumento salarial na última quarta-feira (20). Após intensa pressão dos servidores, o projeto seguiu diretamente para o plenário.

A ideia do governo federal, contrário ao aumento, era ganhar tempo com o envio do texto para a Comissão de Assuntos Econômicos.

## CUSTO DO SERVIDOR POR MÊS, EM 2014

1º) Judiciário  
R\$ 15.093

2º) Legislativo  
R\$ 14.865

3º) Ministério Público  
R\$ 13.867

4º) Executivo (civis)  
R\$ 9.919

5º) Militares  
R\$ 3.788

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal, do Ministério do Planejamento

## CUSTO DO REAJUSTE

O impacto calculado pelo Ministério do Planejamento com o aumento é de R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos. Segundo a pasta, os custos serão de R\$ 1,5 bilhão neste ano, R\$ 5,3 bilhões em 2016, R\$ 8,4 bilhões em 2017 e R\$ 10,5 bilhões em 2018.

Os servidores contestam e calculam o impacto em R\$ 10,5 bilhões. Em nota enviada aos senadores, o STF (Supremo Tribunal Federal) afirma que o governo não pode usar a “lógica” de somar as parcelas, uma vez que o Orçamento da União é executado em bases anuais.

Uma hipótese analisada pelo governo federal seria aprovar o projeto, mas com o aumento nos salários vigorando apenas a partir de 2016, quando o governo espera ter superado o atual momento de crise na economia.

“Indo para o plenário, teremos todo um período para negociar outras conversas”, disse o senador Walter Pinheiro (PT-BA).

24 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO  
PAINEL

## Tente outra vez

Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, devolveu o esperado acordo de delação premiada de Ricardo Pessoa, da UTC, à Procuradoria-Geral da República. O ministro pediu que Rodrigo Janot faça ajustes no termo antes de homologá-lo. A decisão paralisa, por ora, a colaboração do empresário, que deveria depor nesta semana em Brasília. Janot poderá rever cláusulas que preveem benefícios ao delator, assim como exigências sobre informações que ele se compromete a dar à Justiça.

**Sem pressa** A decisão é considerada “normal” pela força-tarefa da Lava Jato. Teori também havia feito ressalvas ao acordo de delação de Paulo Roberto Costa, homologado depois de ajustes em parte das cláusulas.

**Rodízio** Quando deixar a presidência do STF, em setembro de 2016, Ricardo Lewandowski ocupará o lugar de Carmen Lúcia, que assumirá o comando da corte, na Segunda Turma, a tempo de julgar as ações da Lava Jato.

23 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## País tem 30 mil crianças em abrigos fora da fila de adoção

Elas não podem viver na casa dos pais nem  
estão inscritas em cadastro nacional

**De acordo com lei de 2009, uma criança deve ficar em abrigo por até dois anos, mas é comum esse prazo se estender**

JULIANA COISSI  
DE SÃO PAULO

Todo sábado, Isabela, 6, vê desenhos da Peppa Pig no celular do padrasto, enquanto come biscoitos dados pela mãe. Seria uma cena típica em família, não fosse o fato de a menina viver longe deles.

Isabela mora em um abrigo infantil em Diadema, na Grande SP, onde o casal a visita. Nos desenhos que faz na escola, no entanto, pinta uma casa onde está com a mãe, o padrasto e os seis irmãos.

As sete crianças chegaram à instituição neste ano, após denúncia de negligência.

Isabela (todos os nomes deste texto são fictícios), os irmãos e outras 30 mil crianças vivem em um limbo comum em abrigos no país. São as chamadas "nem-nem": nem vivem com os pais em casa nem estão inscritas no Cadastro Nacional da Adoção.

Das 36 mil crianças recolhidas em instituições, aponta um censo do governo federal, somente 5.633 estão aptas a serem adotadas.

As principais razões são que a maioria mantém um vínculo familiar — com chance de voltar para casa — ou a destituição do poder familiar, necessária para adoção, ainda está em curso na Justiça.

Para a maior parte dessas crianças, abrigos são como um pronto-socorro, diz o juiz Reinaldo Carvalho, da ABMP, que reúne juízes e promotores da Infância e Juventude.

“É o lugar onde se protege a criança até que ela possa voltar para casa”, afirma.

Mas, segundo Carvalho, o tempo da família se restabelecer “é muito lento perto do tempo da criança”.

Filhos são apartados do lar em casos de maus-tratos, abuso e negligência — ficar sem comer ou ir à escola.

Pela lei de 2009, uma criança deve permanecer em abrigo por até dois anos, mas é comum o prazo se estender. João, 18, chegou aos seis na unidade em Diadema e só foi adotado aos 16. Pelo censo de 2014, 28% vivem em instituições há mais de dois anos.

Inspeção do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) aponta queda de 12% no número de crianças abrigadas nos últimos dois anos.

Mesmo na fila da adoção, há crianças em contato com a família biológica. Usuária de crack que mora nas ruas, a mãe de Pedro, 11, pode vê-lo no abrigo quando está sóbria.

“Passei o Natal com minha mãe, meu pai, tia e meus irmãos”, conta ele. No começo do ano, o pai dele foi preso.

A falta de apoio à família é um dos fatores para a longa internação das crianças.

“Antes de chegar à situação de abrigo, muitas vezes a mãe já reclamou de falta de creche para deixar os filhos ou de curso profissionalizante para ela”, afirma a promotora Genny Marques, do CNMP.

**CONTINUA**

23 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO

# Novo sistema agiliza 'caça' de pais interessados em adoção

Banco de dados nacional facilita processo e alerta Justiça sobre interessados

**Segundo o Conselho Nacional de Justiça, 47% dos pretendentes à adoção são indiferentes à cor da pele da criança**

Para otimizar o tempo dos juízes e acelerar a busca de um lar para uma criança, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) lançou em março um novo sistema do Cadastro Nacional da Adoção.

Isso evita que um juiz sobrecarregado de processos precise clicar em cada Estado para "caçar" um pai interessado na adoção. Ou que o juiz deva preencher um batalhão de perguntas pela internet.

Agora, o total de perguntas sobre as crianças aptas à adoção e de pretendentes a pais diminuiu de 37 para 12.

"Tiramos perguntas que não eram tão necessárias. Quando o juiz concluir o processo da criança, agora não gastará mais do que cinco minutos para preencher o cadastro", diz Nancy Andrichi, corregedora do CNJ.

Ao terminar a inscrição, uma novidade. Caso haja no sistema um candidato ou uma criança no perfil da ficha que acabou de ser elaborada, o sistema emite um alerta, por e-mail, aos juízes

**“O juiz do Maranhão vai saber na hora que um casal de Santa Catarina está interessado naquela criança**

NANCY ANDRIGHI  
corregedora do  
CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

das duas cidades que separam os futuros pais e filho.

A principal vantagem, segundo a ministra, é unificar os cadastros entre os Estados.

"O juiz do Maranhão vai saber na hora que um casal de Santa Catarina está interessado naquela criança. Antes ele tinha que ficar horas e horas procurando em cada Estado no sistema", afirma.

O aperfeiçoamento do cadastro busca diminuir o abismo na fila da adoção. O número de interessados supera o de crianças: a proporção é de seis candidatos para cada um dos 5.633 aptos à adoção.

O que explica o abismo são as preferências — a maioria dos 33 mil pretendentes deseja crianças pequenas, brancas e sem irmãos.

Já o perfil típico da criança na fila é semelhante ao de Pedro, citado nesta reportagem, filho de uma viciada em crack.

Com a pele parda e 11 anos, o menino vive há dois anos em uma instituição.

Apesar das diferenças, nos últimos quatro anos candidatos à adoção têm sido menos resistentes às crianças "não ideais", como a **Folha** mostrou no ano passado.

Hoje, 47% dos pretendentes são indiferentes à cor, ante 29% em 2010, segundo dados do CNJ. Ainda assim, 78,5% não querem adotar irmãos e são menos de 1% aqueles que aceitam crianças com mais de nove anos. (JULIANA COISSI)

**CONTINUA**

23 MAI 2015

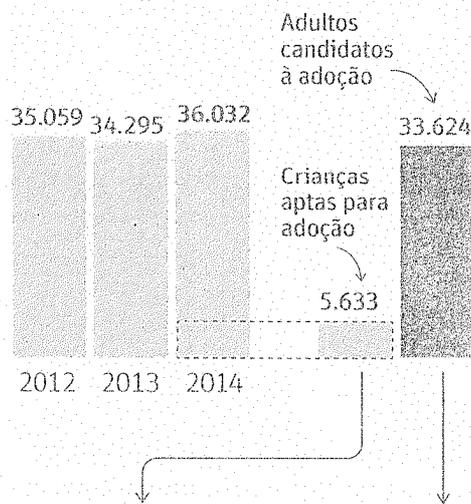
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### CRIANÇAS EM ABRIGOS NO BRASIL

Há 36 mil menores de idade vivendo em instituições, mas só 5.633 estão na fila de adoção

#### Nº DE CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES



#### Por que há crianças fora da lista de adoção?

Porque a maioria ainda mantém vínculo com a família e pode voltar para casa ou porque o processo de destituição do poder familiar ainda corre na Justiça

#### Perfil das crianças e adolescentes

- 56% são meninos
- 66,7% são negros e pardos
- 76,5% têm mais de dez anos de idade

#### Perfil dos candidatos

- 46,5% são indiferentes quanto à cor da criança
- 78,5% não aceitam adotar irmãos

Fontes: Censo Suas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

23 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

RAQUEL COZER

### A cama de Fachin

O passado como poeta do novo ministro Luiz Edson Fachin veio à tona praticamente junto com a indicação de seu nome ao Supremo Tribunal Federal pela presidente Dilma, em abril. O lado menos conhecido dessa verve foi resgatado nesta semana pelo jornalista João da Penha, 68, que nos anos 1970 foi um dos editores do suplemento literário do jornal carioca "Tribuna da Imprensa". Penha se lembrou de um jovem poeta do Sul que chegou a publicar versos eróticos no caderno. "Tenho a impressão de que, se ele não tivesse escrito poesia, a literatura brasileira não iria se ressentir", brinca Penha, que enviou um dos poemas, chamado "Um Artigo de Couro", de agosto de 1977, à coluna.

### na cama com FACHIN

o suor com ares de orgasmo  
apenas Joana  
a plana cama  
dura  
cura  
o dia de tanto faz  
o dia normal  
anormal igual

Luiz Fachin, novo ministro do STF, escreveu poemas na "Tribuna da Imprensa" nos anos 1970 —acima, trecho do erótico "Um Artigo de Couro". O editor do jornal carioca à época diz que a literatura do país "não se ressentiria se ele não tivesse escrito poesia".

### Um Artigo de Couro, de Luiz Edson Fachin

a plana cama  
do cara da marmita  
agita  
coma a cama  
como arroz e repolho frito

o encontro trama  
um afeto  
mas ele pensa  
repensa (às 5 da manhã  
na banca  
o cartaz nu  
da nua mulher)  
repensa com gana  
(às 18,30 hs  
na americana  
os seios a ceia  
as mulheres a grana)

em baixo de sua luva  
o suor com ares de orgasmo  
apenas Joana  
a plana cama  
dura  
cura  
o dia de tanto faz  
o dia normal  
anormal igual  
desigual o dia dia  
sem mudança  
mesmo dança  
não cansa  
tudo tanto faz  
a plana cama  
aos poucos desfaz  
as rugas, filhos e flores.

"Suplemento da Tribuna", Rio de Janeiro, 13-14 de agosto de 1977

23 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Presidente do STF defende reajuste para o Judiciário

Ele contestou estimativa  
de gastos com medida

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, disse nesta sexta (22) que, "como cidadão", compreende as dificuldades da economia e irá colaborar com o ajuste fiscal —mas que, como chefe do Judiciário, irá trabalhar pela melhora dos vencimentos dos servidores públicos do Poder.

Na última quarta, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou propostas de reajuste para servidores da Justiça Federal, entre 53% e 78,5%, escalonados entre 2015 e 2017. A proposta ainda precisa passar pelo plenário.

Lewandowski contestou parecer do Ministério do Planejamento que apontou impacto no Orçamento de R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos com os reajustes. Segundo ele, o impacto seria na verdade de R\$ 10 bilhões em cinco anos.

No momento em que o país discute um aperto nas contas e no dia em que o governo anunciou corte de R\$ 69,9 bilhões no Orçamento deste ano, o ministro afirmou que o que foi aprovado na CCJ não é apenas uma reposição salarial, mas uma reestruturação no plano de cargos e salários da categoria.

Segundo ele, os servidores da Justiça recebem menos que suas "contrapartes no Legislativo e no Executivo". (LUCAS VETTORAZZO)

23 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Audidores acusados de corrupção doaram à campanha de Richa

Quinze servidores denunciados pela Promotoria deram  
colaborações para governador e aliados

**Políticos afirmam que  
doações, que totalizam  
quase R\$ 1 milhão, são  
regulares e não vêm  
de recursos ilícitos**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Na mira do Ministério Público após a descoberta de um esquema de corrupção e pagamento de propina na Receita estadual, auditores fiscais do Paraná doaram à campanha do governador Beto Richa (PSDB) e a outros 25 aliados quase R\$ 1 milhão no ano passado, de acordo com levantamento da **Folha**.

Contribuíram para o caixa eleitoral 291 dos 933 auditores do Estado, com doações individuais. Desses, 219 foram promovidos pouco antes da campanha, em maio. A maioria foi elevada ao teto da categoria, com salários de aproximadamente R\$ 30 mil.

O decreto que estabeleceu a promoção também é investigado pela Promotoria. Uma denúncia anônima sustenta que a mulher de Richa, Fernanda, teria condicionado as promoções às doações.

Até agora, não há provas que corroborem a suspeita.

Todas as doações levantadas pela **Folha** são legais e declaradas à Justiça Eleitoral.

A Promotoria, porém, coloca parte delas em xeque, pois vieram de auditores de Londrina investigados sob suspeita de cobrar propina para reduzir ou até mesmo anular dívidas tributárias. Quinze já foram denunciados — todos fizeram doações, que somam R\$ 41 mil, às campanhas.

Um dos fiscais mencionou, em colaboração com a Justiça, que a campanha de Richa recebeu R\$ 2 milhões de propina da Receita, em caixa dois, no ano passado. O governador nega. O fato ainda é alvo de investigação.

Há suspeitas de que o mesmo esquema se replique em outras cidades do Paraná, e que as doações oficiais sejam uma forma de distribuir a propina, tal como aconteceu em obras da Petrobras.

Em Curitiba, outra operação já foi deflagrada em maio para combater o mesmo esquema. Um auditor foi preso.

## NÚMEROS

As doações dos auditores estão espalhadas pelo Estado, segundo as delegacias regionais em que atuam. Richa e aliados receberam 95% das contribuições da categoria. Dos 36 políticos beneficiados, 26 são da base do tucano.

A campanha dele arrecada-

ou R\$ 290 mil. Seu ex-secretário da Fazenda e ex-chefe dos auditores Luiz Carlos Haully (PSDB), — eleito deputado federal — recebeu R\$ 80 mil de 39 servidores.

Entre os que mais receberam estão o ex-subchefe da Casa Civil (R\$ 107 mil), o líder do governo na Assembleia (R\$ 40 mil) e o presidente do PSDB do Paraná (R\$ 44 mil).

Do total de doações, pouco mais de um terço foi feita em dinheiro vivo — R\$ 390 mil.

Chama a atenção a repetição dos valores doados: 70 auditores fizeram uma doação exata de R\$ 3.600; a maioria para o ex-secretário Haully, outros para o deputado Marcio Pauliki, do opositorista PDT.

Outros 20 doaram exatos R\$ 4.800, nesse caso para políticos mais próximos de Richa — Luiz Cláudio Romaneli (PMDB), atual líder do governo, e Valdir Rossoni (PSDB), deputado federal e presidente do partido.

Em Londrina, epicentro das investigações, o volume arrecadado para os políticos locais chega a R\$ 170 mil (incluindo o ex-secretário Haully, que também é da cidade).

Na região oeste, a candidata preferida dos auditores foi a mulher do prefeito de Foz do Iguaçu, Claudia Pereira (PSB), eleita deputada estadual. Ela arrecadou R\$ 76 mil.

CONTINUA

23 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Aos adversários de Richa, foram destinados R\$ 78 mil. Só um auditor doou (R\$ 5.750) a Roberto Requião (PMDB), que disputou o governo.

### ▶ OUTRO LADO ◀

## Doações foram legais e regulares, dizem acusados

Políticos e auditores fiscais ouvidos pela **Folha** afirmam que todas as doações foram legais e regulares, aprovadas pela Justiça Eleitoral, e negam que o dinheiro tenha vindo de fontes ilícitas.

Auditor fiscal aposentado e presidente do sindicato da categoria no Paraná, José Carlos Carvalho diz que os servidores “fazem a doação que quiserem”, e que não há qualquer orientação para que o dinheiro seja direcionado a um candidato específico.

“Cada um faz dentro da sua região, para quem ele quiser, como melhor entender”, disse. Carvalho nega que as doações tenham sido feitas em troca das promoções da categoria ou que sejam propina, e afirma que “todo o processo de promoção foi absolutamente regular”.

Fernanda Richa diz que a denúncia é “inverídica e caluniosa”, e que jamais interferiu nos atos de competência do governador.

O PSDB defendeu a legalidade das doações ao governador Beto Richa.

O ex-subchefe da Casa Civil Guio Silva (PSC) afirmou ter uma “base sólida” junto aos auditores fiscais. “Não há nenhum inconveniente nisso. São doações legais e declaradas.”

O líder do governo na Assembleia, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), também falou do vínculo com a classe para justificar as doações: “A maioria das doações, inclusive, veio de fiscais das mesmas regiões em que eu atuo”.

## A OPERAÇÃO PUBLICANO

Investigação no Paraná apura doações eleitorais de auditores fiscais à campanha de Richa



### Por que os auditores são investigados?

Ao menos 15 deles são alvo da Operação Publicano, iniciada em agosto de 2014, que apura a redução ou até mesmo o cancelamento de dívidas tributárias em troca de propina



### O que Beto Richa tem a ver com isso?

Sua campanha ao governo do Paraná e as de seus aliados receberam cerca de R\$ 1 milhão de 291 auditores. Desses, 219 foram promovidos por decreto do tucano em mai. 2014 —o Ministério Público apura se a promoção foi vinculada às doações

Pedro Ladeira/Folhapress



## QUANTO OS AUDITORES DOARAM

Principais doações, em R\$ mil

Beto Richa (PSDB-PR), governador	290
Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), ex-secretário da Fazenda, eleito deputado federal	80
Guio Silva (PSC-PR), ex-subchefe da Casa Civil, eleito deputado estadual	107
Valdir Rossoni (PSDB-PR), deputado federal e presidente do PSDB do Paraná	44
Luiz Cláudio Romanelli (PMDB-PR), deputado estadual	40
Ademar Traiano (PSDB-PR), deputado estadual	20
Tiago Amaral (PSB-PR), deputado estadual	15,8

23 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Como indenizar presos

Luís FRANCISCO CARVALHO FILHO

**O Estado pode reconhecer a desumanidade do ambiente e manter a pessoa no lugar e nas mesmas condições?**

*ESTÁ NO Supremo Tribunal Federal um processo aparentemente corriqueiro, mas que adquiriu contornos constitucionais e pode gerar novos paradigmas para o sistema prisional.*

*Inconformada com o regime degradante e cruel de cumprimento de pena que um preso sofreu, a Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul ajuizou ação civil, que se arrasta há anos, pedindo a condenação do Estado ao pagamento de indenização por danos morais.*

*O Recurso Extraordinário chegou ao STF em 2008 e, reconhecida a repercussão geral do julgamento, foi para o plenário. O relator Teori Zavascki votou em dezembro. Reconheceu o direito do condenado à indenização e restaurou o módico valor de R\$ 2.000, corrigido, fixado pela Justiça local. O ministro Roberto Barroso se pronunciou, no início de maio, estabelecendo a divergência: propõe “uma rota alternativa e mais eficaz que o dinheiro”, a remição da pena, que antecipa sua soltura.*

*O voto faz profundo e constrangedor diagnóstico das mazelas do sistema penitenciário e propõe, como reparação moral, o desconto de um dia por cada três a sete dias de pena cumprida em “condições atentatórias à dignidade humana”. O juiz da Vara de Execução decide dentro desse parâmetro. Reparação pecuniária, só se o julgamento do pedido acontecer depois de encerrada a pena.*

*Na prática, se a tese de Barroso vencer, o STF criará mecanismo de reparação que não está na lei.*

*O Judiciário pode criar direitos? A postura ativa de juízes, atuando como autênticos legisladores, fere o princípio da separação dos Poderes? Ou a postura ativa do STF se justifica em situações extremas, por tratar de “estado de coisas inconstitucional” e governança omissa? O Supremo deve ser mero expectador do calamitoso sistema prisional?*

*Barroso sustenta que o “tempo agravado” —no caso concreto, o preso sofreu por cinco anos— se repara com a devolução de parte do próprio tempo. A lei já manda remir a pena por trabalho e estudo. A analogia permite, no âmbito federal, o desconto de parte da pena pelo hábito de leitura. Há experiências internacionais semelhantes.*

*Eliminar o déficit de 210 mil vagas no sistema penitenciário custaria mais de R\$ 10 bilhões só para a construção dos presídios hoje necessários, sem contar despesas de custeio. Há carências demais. É tempo de ajuste fiscal, contingenciamento, cortes. Milhares de ações judiciais de indenização pecuniária serão movidas se o voto do relator prevalecer, sangrando orçamentos estaduais. Há razões econômicas para políticas de desencarceramento e punição alternativa.*

*A ideia de Barroso cria um mar de controvérsias. Riscos de distorção são também previsíveis: crimes iguais, duração da pena diferente. O que é preferível, ser submetido a tratamento insalubre e sair antes ou ser submetido a pena de prisão mais “confortável” e duradoura? Quais critérios os juízes espalhados pelo país adotarão para declarar que um presídio ou uma de suas alas, sob sua supervisão, atentam contra a dignidade? Em que grau? O Estado pode reconhecer a desumanidade do ambiente e manter a pessoa no lugar e nas mesmas condições?*

*O Supremo parece ser cada vez mais um agente inclinado a pautar a política, os outros Poderes e a opinião pública.*

23 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### Aposentadoria de juizes

É lamentável saber que funcionários públicos ganham mais de R\$ 33.763 —teto do salário do funcionalismo e dos ministros do STF. Fiquei perplexo ao ler a reportagem “STF freia extensão de aposentadoria de juizes” (“Poder”, 22/5), que informa que um desembargador ganhou líquidos em abril mais de R\$ 100 mil. Se é legal, é também imoral.

CARLOS ALBERTO DA SILVA (Barra Mansa, RJ)



Como alcançar justiça social se o próprio Judiciário, responsável por isso no país, está se revelando o órgão do Estado que mais contribui para o avanço dos privilegiados na sociedade?

CECÍLIA MORICOCCHI MORATO (Franca, SP)

25 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Governo de Minas oferece R\$ 40 mil por fala de ministros

Questionados sobre quantia, Luiz Fux (STF) e Luís Felipe Salomão (STJ), declinaram do cachê por palestra no dia 8

**Embora remuneração seja permitida pela lei da magistratura, valor proposto para evento em BH é fora da média**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

O governo de Minas Gerais (PT) convidou os ministros Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, e Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, para proferir palestra de uma hora sobre o novo Código de Processo Civil, oferecendo R\$ 40 mil como remuneração a cada um.

O evento foi realizado no último dia 8, uma sexta, no Minascentro, em Belo Horizonte. Consultados pela **Folha** na segunda seguinte (11), os ministros disseram que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional permite a remuneração. Três dias depois, informaram ter decidido abrir mão dos honorários.

A conferência foi promovida pela Secretaria de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais e pela Advocacia-Geral do Estado, em parceria com a Faculdade de Direito da UFMG.

Segundo Fux e Salomão, os R\$ 40 mil previam a reali-

zação de outras cinco palestras. A assessoria de imprensa do governo, contudo, disse que não se previam “outros eventos semelhantes”.

Em ato no Diário Oficial, os ministros aparecem como “contratados” para proferir palestra no Minascentro.

A publicação, assinada por Marco Antônio Castello Branco, presidente da Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, empresa pública controlada pelo Estado de Minas), ratifica a inexigibilidade de licitação, mas não traz o valor dos serviços.

A Casa Civil e a Codemig e não forneceram cópias dos atos da contratação.

## MULTA

O secretário da Casa Civil de Minas Gerais, Marco Antônio Rezende, diz que foi feita “uma apuração do que se paga normalmente para palestrantes ou conferencistas nesse nível”. “Achamos que o valor de R\$ 40 mil está dentro do que o mercado paga”.

Rezende é advogado de recurso do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, no Tribunal Superior Eleitoral. Pimentel sofreu uma multa de R\$ 52 milhões, aplicada em dezembro último pelo Tribunal Regional Eleito-

ral de Minas Gerais, que rejeitou as contas da campanha do então candidato petista.

Segundo o secretário, “esse assunto não foi tratado” com Fux, que é ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Eliana Calmon, ex-corregedora nacional de Justiça, vê “superfaturamento”. “Não se paga isso nem no Estado nem na iniciativa privada”.

A remuneração de membros do Judiciário costuma ser mantida sob sigilo pelas entidades patrocinadoras de eventos. Eliana disse que, ao se aposentar, consultou outros ministros para saber quanto cobrar por palestras. Ouvia que os valores variam entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil.

“Como juíza, sendo remunerada pelo Estado, que exige dedicação integral, nunca cobrei do Estado e de autarquias. Por ética, não poderia cobrar”, diz. “Podemos cobrar quando se trata de empresa privada, e quando o curso é cobrado dos alunos.”

A Escola Paulista da Magistratura paga R\$ 1.500 (brutos), por quatro horas de aula a juízes ou ministros. Em 2014, o valor médio por palestra nas organizações privadas era R\$ 6.213, segundo a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD).

CONTINUA

25 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTROLADO <

### Valor seria para dar curso, dizem magistrados

O ministro Luís Felipe Salomão diz que não chegou a firmar contrato para o evento pelo qual ele e Luiz Fux receberiam R\$ 40 mil cada um.

“Fizemos a primeira palestra, sem nada receber, e cancelamos o desdobramento”.

Fux informou que daria um “curso de capacitação sobre o novo Código de Processo Civil, dividido em seis palestras”, proposto pela Codemig.

No dia 14, Fux enviou cópia de mensagem remetida à Casa Civil, na qual diz que, informado pela Folha de que o evento seria pago pela secretaria, decidiu “cancelar o curso programado”.

“Não recebo remuneração de órgãos públicos, como imaginei não ser a natureza jurídica da Inovare Eventos”, firma que lhe fez o convite.

O secretário da Casa Civil de MG, Marco Antônio Rezende, disse que os ministros não firmaram contrato nem foram remunerados. A assessoria da Codemig só informou que “não vai haver pagamento”.

23 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Richa e Helisul são condenados a devolver R\$ 2 milhões ao governo

Justiça considerou irregular a contratação de aviões sem licitação em 2011. Palácio Iguaçu diz que contrato tem respaldo jurídico

| Rogério Waldrigues Galindo

A 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba condenou o governador Beto Richa (PSDB), o dono da empresa Helisul, Eloy Biezus, e o chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, a indenizar o governo em R\$ 2 milhões em função de uma contratação emergencial de aeronaves em 2011. A sentença foi dada nesta quinta-feira (21) pelo juiz Guilherme de Paula Rezende. Cabe recurso.

A sentença do juiz foi dada em resposta a uma ação popular movida por Roberto Rocha contestando a decisão do governo de contratar aviões sem licitação no início do mandato de Richa. Na época, a Helisul recebeu R\$ 2 milhões pelo contrato. A argumentação da acusação dizia que a empresa, tendo prestado serviços para a campanha de Richa, teria sido beneficiada pelo governo.

## UM AVIÃO E UM HELICÓPTERO

Para o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, o governo tinha três aviões em condições de uso e não precisava fazer o contrato emergencial.

Na sentença, o juiz diz que o governo tinha três aviões em condições de uso — embora fossem considerados inservíveis pelo governo, tinham registro e autorização da Anac para voar. Uma das aeronaves, posteriormente, foi inclusive leiloadada e vendida para o próprio Eloy Biezus, dono da Helisul.

A contratação de um avião a jato e de um helicóptero sem licitação ocorreu por três meses, entre março e junho de 2011. Depois, a Helisul venceu também a licitação e continua prestando serviços para o governo do Paraná.

O governo do estado diz que o contrato “foi assinado respaldado em parecer jurídico garantindo a legalidade da contratação. Foi amparado ainda na avaliação técnica de membros da Casa Militar, que atestaram a necessidade da contratação. Cabe ressaltar também que não houve prejuízo algum aos cofres públicos. E, por último, o governador Beto Richa irá recorrer da decisão”.

## IMPEACHMENT

Um grupo formado por juristas e professores universitários pretende entregar, na segunda-feira (25), um pedido de impeachment do governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa do estado. O grupo já havia feito um julgamento simbólico na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em que considerou Richa responsável pela ação da PM contra professores em greve que terminou com mais de 200 pessoas feridas no dia 29 de abril. A iniciativa partiu do professor de Direito Tarso Cabral Violin, que foi atingido por policiais no dia da ação contra a greve.

23 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

# Fernanda Richa se defende de denúncia

Da Redação

A divulgação de uma denúncia anônima investigada sigilosamente pelo Ministério Público levou a primeira-dama do estado e secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, a se manifestar publicamente na tarde desta sexta-feira (22). De acordo com a denúncia, Fernanda teria exigido propina de auditores fiscais da Receita Estadual para que o governador Beto Richa (PSDB) assinasse um decreto de promoção. Na quarta-feira (20), a RPTV divulgou que o valor teria sido arrecadado mediante contribuições espontâneas de integrantes da Receita e seria destinado para a campanha de reeleição de Richa. Em nota, Fernanda nega a denúncia e critica o fato de uma acusação anônima ter sido divulgada.

“A calúnia contra a minha pessoa é uma injustiça que poderá ser praticada amanhã ou depois contra qualquer pessoa inocente”, afirma a secretária. “A minha história de vida pessoal familiar e social sempre foi devotada, apesar de sacrifícios e

renúncias, ao interesse público desde quando meu marido foi candidato a vereador de Curitiba.”

Fernanda afirmou também estar indignada pelo fato de “autoridades e agentes públicos, que devem zelar pelos direitos e pelas garantias fundamentais, não adotarem as cautelas legais mínimas para evitar que uma investigação produzida à sombra do anonimato chegasse aos mais variados meios de comunicação social para daí se irradiar ilimitadamente”.

O decreto de promoção dos auditores citados na denúncia foi publicado sob o número 10.937 em 5 de maio de 2014. Em nota divulgada na quinta (21), o MP afirma que determinou a instauração de procedimento preliminar para apurar a consistência das informações e decretou sigilo para resguardar a privacidade e a imagem dos investigados, “dado que a denúncia anônima veio desacompanhada de documentos ou de evidências”. Segundo a nota, “até o momento, não existe qualquer elemento de prova que permita relacionar os fatos

noticiados à suposta arrecadação de recursos para campanhas ao governo do estado”.

### Repercussão

Em entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues, do UOL, publicada na quinta, o governador Beto Richa defendeu a espessa. “Essa história é uma canalhice. Garanto para você que ela nem sabe o que é auditor fiscal, nem sabe onde fica a sede da Receita [estadual]. Isso foi resultado de uma carta anônima, que jamais o Ministério Público devia ter aceito. Devia ter arquivado na hora”, declarou.

Uma publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep), de maio de 2014, entretanto, cita o empenho de Fernanda nas promoções de auditores fiscais. Outra publicação no site do sindicato, do dia 11 de agosto de 2014, traz como título: “Sindafep se reúne com Fernanda Richa para tratar de assuntos de interesse mútuo”.

Uma terceira declaração, do presidente do órgão, José Carlos de Carvalho, publicada no Jornal dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Notifisco), diz que o decreto assinado por Richa “foi fruto do empenho da diretoria do Sindafep, da secretária Fernanda Richa, do secretário Luiz Eduardo Sebastiani e do diretor Helio Obara”.

# GAZETA DO POVO 23 MAI 2015

## Justiça determina auditoria na FPF

Leonardo Mendes Júnior

A juíza de Direito Vanessa Jamus Marchi nomeou um perito para realizar auditoria contábil, administrativa e financeira na Federação Paranaense de Futebol (FPF), referente ao período de gestão Hélio Cury. A medida acata parcialmente o pedido da ação impetrada por Atlético, Coritiba e Ricardo Gomyde, candidato derrotado na eleição de março.

A ação pedia a destituição preventiva de Cury e toda a diretoria eleita, sob justificativa de gestão temerária e uso da Federação em benefício próprio e de seus familiares. A juíza, porém, enten-

deu que o “liminar afastamento poderá acarretar mais prejuízo à entidade e a seus filiados, já que a competência do Presidente vai muito além da gestão financeira da entidade, e abrange a administração e organização das atividades desportivas”.

Por outro lado, a magistrada considerou “absolutamente necessário verificar as apontadas irregularidades, em razão de haver fundado receio de que venha tornar-se inviável a sua realização em momento posterior”.

O perito nomeado tem cinco dias úteis para informar se aceita a indicação. A auditoria tem prazo de 45 di-

as para ser realizada.

Procurado pela Gazeta do Povo, Emerson Fukushima, advogado indicado pela Federação para cuidar do caso, ainda não tinha conhecimento da decisão. Com base em informações passadas pela reportagem, disse considerar a medida “uma intervenção indevida do Poder Judiciário na Federação”.

“Houve auditoria externa nos contas, o Conselho Fiscal aprovou, a Assembleia Geral aprovou sem ressalvas, o Atlético fez uma série de questionamentos, seus advogados e auditores fizeram toda a verificação. A Federação é uma entidade ultra fiscalizada. É desnecessária a perícia judicial”, afirmou Fukushima.

O advogado irá estudar a decisão da juíza e conversar com Hélio Cury para definir a estratégia da Federação Paranaense no caso.

### WILSON DE ARAÚDO BUENO

## Vitória do Paraná no STF

Muito em particular ao Paraná, que há 119 anos amargava ausência no Supremo Tribunal Federal, a eleição do jurista Luiz Fachin, nesta terça-feira, 19, injeta dose de ânimo, vendo nossas cores integrando a mais alta corte da Justiça do País. Louve-se o Senado em referendar Fachin para a vaga de Joaquim Barbosa, desassociando-o de firulas de matizes políticas, deixando prevalecer o nome e a obra do mestre paranaense. O que se viu, atrelando nomes de variadas facções políticas do Paraná, como os senadores Álvaro Dias, Requião, Gleisi e a vice-governadora Cida Borghetti, em torno de Fachin, causa bem estar esta união, tão natural nas Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa união pode detonar, em parte, aquela anacrônica realidade da “autofagia paranaense”. /

## NOTA POLÍTICA

### Nota oficial

Em nota encaminhada à **Gazeta do Povo** sobre a reportagem “TJ retoma investigação de fraude em licitação do TC”, publicada na edição desta sexta-feira (22) do jornal, o Tribunal de Contas do Estado (TC-PR) reforça que “logo após a denúncia, em junho de 2014, foi determinada a suspensão do procedimento licitatório e o afastamento do servidor detido com numerário que seria oriundo da empreiteira que executaria a obra; também foi aberta sindicância para apurar responsabilidades por meio da Corregedoria Geral do TC”. O Tribunal de Contas sustenta ainda que o contrato com a empresa que construiria o prédio anexo do órgão foi cancelado, assim como a obra.

# GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

Uma sociedade  
suicida

23 MAI 2015

“Ele foi vítima de vítimas, que são vítimas de vítimas”, desabafou para o jornal carioca *O Dia*, a ex-mulher e mãe dos dois filhos do cardiologista carioca assassinado quando pedalava no início da noite no entorno da aprazível Lagoa Rodrigo de Freitas. O suposto assassino tem 16 anos e já cometeu 15 delitos, o primeiro aos 12 anos.

Instantaneamente, baixaram das nuvens bruxas e demônios transformando o horror, o luto e a solidariedade em indignação, sede de vingança, rancor difuso e generalizado contra tudo que pareça provocar a violência. Reacendeu-se o debate sobre o rebaixamento da maioria penal engrossando as legiões dos que clamam por imediatas providências e soluções definitivas contra o crime e a impunidade.

O arrasador depoimento do pensador espanhol Manuel Castells publicado na *Folha* um dia antes da barbaridade abalou ainda mais a imagem que inventamos a nosso respeito como consolo para o fracasso coletivo: “A sociedade brasileira não é simpática, é uma sociedade que se mata”.

É possível que o sociólogo pretendesse dizer algo distinto do publicado, porém é lícito acreditar que um observador tão atilado, sensível e articulado expressasse uma dolorosa e inequívoca constatação: o país está se matando. Literalmente.

Uns aos outros. Somos todos agentes e sujeitos da mesma violência, assustadores e assustados, governantes e governados, progressistas e reacionários, crentes e descrentes, militares e magistrados, policiais e policiados, professores e aprendizes — todos, sem exceção, se bicam, se dilaceram, se esfaqueiam. Todos sangram. Enquanto rios secam, o sangue escorre copioso nas calçadas e ruas.

Importado de outras paragens pelas moderníssimas redes sociais, o pragmatismo das bestas e dos primitivos disseminou-se velozmente e está demonstrando que uma faca de cozinha, baratíssima, fácil de esconder e utilizar, pode ser tão mortífera quanto uma garrucha. Pela universalização do uso, armas brancas convertem-se com relativa facilidade em armas de destruição em massa.

A sociedade que não é simpática, como nos qualifica Castells, é uma sociedade enfezada, agressiva, incapaz de percepções mais sutis. Matar-se é uma forma verbal complicada, pode sugerir intensidade (“fulano está se matando de trabalho”) ou uma ação deliberada para provocar a própria extinção.

Desnorteada como está, desarvorada, despassarada, sobretudo inexperiente e impaciente, a sociedade examinada por Castells é uma sociedade potencialmente suicida. Diante da tempestade perfeita onde as angústias materiais associam-se a uma antiga ausência de proteção, onde a inexistência de perspectivas de mudança alia-se ao incrível desgaste dos modelos, discursos e referências, incapazes de expressar o desespero, as vítimas das vítimas das vítimas das vítimas — nós — lentamente nos encaminhamos para a beira do abismo.

Mais perto, talvez seja possível descortinar as perdas e retroceder. Estamos no limite.

Alberto Dines é jornalista.

24 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Paraná encabeça repasse de verbas ao Legislativo e ao Judiciário

**De todos os estados do Sul e do Sudeste,  
PR tem o segundo maior percentual do  
orçamento destinado a outros poderes**

Sem recursos para repor a inflação nos salários do funcionalismo público, o governo do Paraná é o segundo da Região Sul e Sudeste do país que mais destina recursos para os outros poderes, de acordo com levantamento da reportagem com base no orçamento de 2015 dos sete estados. A situação se agrava ainda mais diante da decisão política de manter na base de cálculo desses repasses o Fundo de Participação dos Estados, o que transforma os poderes do estado em “ilhas de prosperidade”.

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Governo do PR é o 2.<sup>o</sup> do Sul e Sudeste que mais destina verba a outros poderes

Redução do orçamento dos demais órgãos seria alternativa para repor inflação nos salários dos servidores. Mas ideia é vista como inviável politicamente

*Euclides Lucas Garcia  
e Amanda Audi*

¶ Ao mesmo tempo em que alega não ter recursos para repor a inflação nos salários do funcionalismo, o governo do Paraná é o 2.<sup>o</sup> do Sul e Sudeste que mais destina recursos do orçamento para os outros poderes. A situação se agrava ainda mais diante da decisão política de manter na base de cálculo desses repasses o Fundo de Participação dos Estados (FPE). No primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB), isso representou para o Executivo uma “perda” de quase R\$ 1,5 bilhão. “Os poderes do Paraná são ilhas de prosperidade num oceano de dificuldades”, resumiu um nome do alto escalão governamental.

Levantamento da *Gazeta do Povo* com base no orçamento de 2015 dos sete estados do Sul e do Sudeste mostra que o Paraná fica atrás apenas

de Santa Catarina no percentual de recursos que repassa aos demais poderes — 18,6% contra 19,39%. O índice paranaense chega a ser duas vezes maior que o aplicado pelas quatro principais economias do país: pela ordem, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O dado reforça a análise feita nos bastidores por integrantes do governo de que os outros poderes vivem uma situação financeira confortável em meio aos gigantescos problemas do Executivo para conseguir pagar fornecedores, manter a folha de pessoal em dia e investir em políticas públicas. Tanto é assim que Assembleia Legislativa (Alep), Tribunal de Contas (TC), Tribunal de Justiça (TJ) e Ministério Público (MP) deram uma ajuda financeira para que o governo conseguisse pagar os servidores nos primeiros meses deste ano.

Fontes do Executivo também confirmam, extraoficialmente, que a cota mensal do orçamento a que cada poder tem direito — o chamado duodécimo — não vem sendo paga integralmente. “Estão repassando apenas o necessário para pagar os funcionários e manter o funcionamento básico”, revela um influente deputado da base aliada.

Além do elevado percentual do orçamento destinado

aos demais poderes, o Executivo sofre com o fato de a cota do FPE recebida da União fazer parte do cálculo para definir o volume dos repasses. A inclusão foi feita a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, aprovada pela Assembleia no ano anterior. À época, o mecanismo foi definido num acordo entre o então governador Orlando Pessuti (PMDB), a base aliada na Assembleia, TJ e MP. Judiciário e Legislativo inclusive ameaçaram ir à Justiça se perdessem esses recursos.

Nos últimos dois anos, a gestão Richa tentou retirar o FPE do cálculo. Porém, mais uma vez, enfrentou resistência. Agora, com a LDO de 2016 em tramitação no Legislativo, o assunto novamente voltou à tona como forma de tentar solucionar o impasse do reajuste dos servidores estaduais — o governo oferece 5%, mas o funcionalismo exige a reposição inflacionária dos últimos 12 meses, de 8,17%. Nessa queda de braço, o Executivo abriu mão para os outros poderes de quase R\$ 1,5 bilhão nos últimos quatro anos.

A situação, porém, tem chances mínimas de ser revista. Apesar de a Fazenda estadual enxergar a retirada do FPE do cálculo como uma saída viável, deputados governistas já mataram a ideia na casca por medo de retaliação do Poder Judiciário.

**CONTINUA**

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Proposta de redução dos repasses tem de partir dos demais poderes, diz governo**

O governo do Paraná afirma que está "aberto à negociação" com os outros poderes, mas ressalta que a proposta de retirar o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo dos repasses não partirá do Executivo. Segundo a Casa Civil, o governo pode participar dos debates, mas apenas se ele for iniciado por deputados ou por iniciativa de algum dos demais poderes estaduais. Na semana que passou, o assunto chegou a ser tratado durante reunião entre deputados da base aliada do governo Richa e secretários estaduais. A sugestão partiu da APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual. Seria uma maneira de levantar dinheiro para pagar a reposição da inflação à categoria. No encontro, os representantes do Executivo lembraram que o governo tentou desvincular o FPE dos repasses em duas ocasiões, mas as propostas não foram adiante. Então, se colocaram à disposição dos deputados para participar de uma eventual discussão nesse sentido. (AA)

**CONTINUA**

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### MP CONTESTADOS

OMP contestou parte dos dados da reportagem. Segundo o MP, levando em consideração a proporção entre orçamento e número de membros, órgão tem a menor arrecadação entre os MPs do Sul do país e do Sudeste, exceto São Paulo. Os outros poderes não se manifestaram.

### PROBLEMAS DE CAIXA

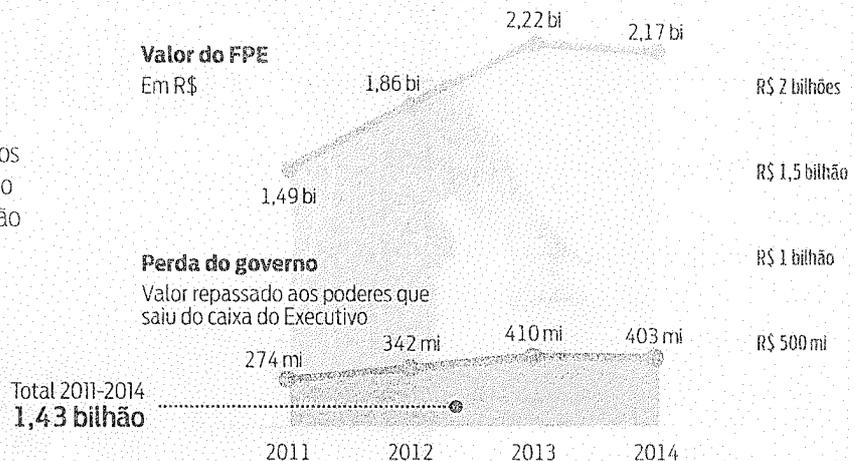
Mergulhado em uma grave crise financeira, governo do Paraná é o segundo estado do Sul e Sudeste que mais destina recursos do orçamento para os outros poderes.

	Receita total prevista (R\$ bi)*	Total para manter os poderes (%)	% da Renda Corrente Líquida**				
			AL Assembleia Legislativa	TC Tribunal de Contas	TJ Tribunal de Justiça	MP Ministério Público	
Santa Catarina	24,8	19,4	-	4,5	1,7	9,3	3,9
Paraná	49,2	18,6	Inclui FPE	3,1	1,9	9,5	4,1
Espírito Santo	16,0	15,7	-	1,7	1,3	9,5	3,2
Rio de Janeiro	60,6	11,0	Inclui FPE	1,7	1,3	6,0	2,0
São Paulo	204,9	9,1	Inclui FPE	0,705		6,6	1,3
Minas Gerais	81,4	9,1	-	1,4	0,8	5,0	1,9
Rio Grande do Sul	57,4	8,5	-	1,0	0,8	5,1	1,6

\*Valores estimados no orçamento de 2015 de cada estado. \*\*Os percentuais são calculados com base na receita corrente líquida, e não segundo a receita global.

### MENOS DINHEIRO NO COFRE

Fatia de repasses do Executivo a outros órgãos ficou maior com inclusão do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no cálculo, a partir de 2011.



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Para analistas, debate sobre divisão do orçamento é inevitável

Se depender dos deputados estaduais, a renegociação dos valores repassados aos outros poderes e a desvinculação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) do cálculo dificilmente irão para frente. A pressão exercida pelas instituições seria o fator preponderante para a discussão não prosperar.

Parlamentares ouvidos sob a condição de sigilo relatam que a retaliação maior viria do Judiciário. "Você pode brigar com imprensa, prefeitos, vereadores, mas nunca brigue com o Judiciário. São eles que têm a caneta e podem te ferrar", disse um deputado.

Cientista político da UFPR, Fabrício Tomio reconhece a pressão exercida para enterrar o debate, mas diz que a discussão será "inevitável" caso a crise financeira no estado se prolongue pelos próximos anos. "A ideia de que os poderes não podem ser impactados por restrição orçamentária não me parece aceitável em uma democracia. Se o orçamento está escasso e tiver que reduzir despesas com políticas de saúde, por exemplo, a pergunta é: qual vai ser a prioridade?", questiona.

Já Elve Cenci, filósofo político da UEL, analisa que a "chibadeira" dos poderes é devido ao comprometimento do orçamento. Em outras palavras, quando o orçamento cresce, os poderes passam a gastar mais, vão "criando novas necessidades". "Precisamos de uma discussão ampla com a sociedade para analisar a necessidade e a eficácia desses gastos", aponta.

### No Brasil

O aparente exagero na distribuição de verba entre as instituições governamentais é corriqueiro no país, afirma Tomio. Segundo o cientista político, a proporção entre o orçamento dos poderes Legislativo e Judiciário e o PIB, em média, é maior no Brasil do que em todos os outros países da América Latina e da Europa. "Durante o período de crise europeia, a redução de orçamento se impôs, inclusive reduzindo os salários dos juizes", diz Tomio. Para ele, um dos argumentos que explicam a situação vivida no país é o grau de autonomia dos poderes brasileiros — geralmente bem maior que em outros países. "As instituições desses países não podem definir seus próprios gastos, que são definidos pelo governo ou pelo Parlamento. Aqui, essa autonomia é muito elevada." (AA)

**"Precisamos de uma discussão para analisar a necessidade desses gastos [dos demais poderes]."**

Elve Cenci, filósofo político da UEL.

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

BETO RICHA

## O Paraná faz história no STF

O dia 19 de maio de 2015 passa a ser uma data histórica para o Paraná. Pela segunda vez em 121 anos, teremos outra figura pública que chega ao órgão de maior hierarquia do Poder Judiciário do país, o Supremo Tribunal Federal, tendo feito a sua carreira de advogado e professor humanista em nossa terra.

Luiz Edson Fachin é reconhecida-mente portador de notável saber jurídico e reputação ilibada. Aprovado pelo Senado, será agora nomeado pela presidente da República e, em seguida, empossado, e irá julgar as causas relativas aos direitos e aos interesses de todo o país.

Antes de Fachin, o único paranaense que havia chegado ao Supremo Tribunal Federal havia sido Ubaldino do Amaral Fontoura, nascido em 1842, na Vila da Lapa.

Luiz Edson Fachin nasceu no município de Rondinha, no Rio Grande do Sul. Já aos dois anos de idade veio ao Paraná, chegando a Toledo. Aqui teve a sua criação, a educação familiar e escolar, a formação de sua personalidade e a construção de um notável patrimônio intelectual.

Como procurador do Estado, foi um exemplo. Como advogado manteve a sua banca com alta qualidade científica, técnica e ética. Como jurista obteve — e mantém — o prestígio de mestre em Direito Civil, reconhecido nacional e internacionalmente. A escolha do Paraná pela família Fachin demonstra que nossa terra é destino acolhedor para diversas culturas e povos que aportaram aqui, vindos das mais distantes regiões do

mundo. Uma terra que acolheu, e acolhe, estrangeiros da Europa, Ásia e outros continentes, pelas mesmas portas de entrada por onde chegam catarinenses, gaúchos, paulistas, mineiros, cariocas e todos os que descem do Norte e do Nordeste brasileiro.

Em seu depoimento no Senado, durante a audiência que durou 12 horas — a mais longa desde que foi estabelecida a sabatina para o ingresso nos tribunais superiores da República — Fachin sensibilizou a todos com a sua educação, conhecimento jurídico, posições claras e imensa bagagem intelectual.

Amigos, colegas, alunos, profissionais do Direito e da Justiça e admiradores em geral — que formaram uma vigorosa corrente positiva para aprovação do novo ministro são também vencedores nesse movimento paranista que uniu a todos.

Assim como toda a comunidade política dos diversos níveis de nosso estado e também dos mais variados setores e áreas da educação e ensino. Foi imprescindível a atuação dos senadores paranaenses, com destaque para o senador Alvaro Dias que lúcida e corajosamente demonstrou perante seus pares o valor do nosso candidato a ministro.

E durante todo esse tempo, desde os primeiros movimentos da indicação até a etapa final, o que resta de exemplo para as gerações do presente e do futuro?

A resistência heroica, pacífica e determinada de um homem que lutou contra os mais diversos tipos de adversidades. Fachin lutou o bom combate. O que o autorizou a usar com propriedade as palavras de abertura em seu depoimento pessoal: “Eu sou um sobrevivente”.

Que todos nós, paranaenses ou não, possamos promover juntos o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, idade, sexo, cor, ideologias, religiões, associações, partidos e grupos políticos; que tenhamos sempre em nossos corações e em nossas mentes as lições e o exemplo de Luiz Edson Fachin: novo ministro do Supremo Tribunal Federal.

Beto Richa é governador do Paraná.

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## ➤ TRANSPARÊNCIA

### Para STF, divulgação de salários de servidores é constitucional

| Joana Neistch

▮ A seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) saiu vitoriosa em um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) em que defendia a plena constitucionalidade da Lei Estadual de Acesso à Informação e Transparência. A OAB-PR contestava decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que dizia que a divulgação dos salários dos servidores era inconstitucional.

Em 2012, o então deputado estadual Jocelito Canto havia ajuizado uma ação direta de inconstitucionalidade no TJ questionando a Lei de Transparência Estadual. O Órgão Especial do TJ considerou que a lei era constitucional, com exceção da parte referente à publicidade da remuneração dos servidores.

A OAB-PR ajuizou um recurso extraordinário no STF defendendo a plena constitucionalidade da lei. Em abril, o Supremo tomou uma decisão em um caso semelhante do estado de São Paulo e deu repercussão geral ao assunto. A decisão assegurou a legalidade da publicação, inclusive na internet, dos salários indivi-

dualizados, gratificações e abonos.

O advogado Egon Bockmann Moreira, que representou a OAB no STF, explica que, enquanto o recurso tramitava, a lei estava suspensa. Mas, agora, após o Supremo ter dado repercussão geral ao assunto, ela é imediatamente aplicável. Egon observa que, à medida que os vencimentos dos servidores envolvem receita pública, o controle deles faz parte da transparência. “Quando ingressam no serviço público, os servidores se submetem ao Estatuto do Servidor, que autoriza a divulgação dos vencimentos”, diz ele, referindo-se à alegação de que a lei fere a privacidade.

“Na ponderação de princípios, a publicidade e transparência se sobrepõem à privacidade”, diz Luciano Reis, presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da OAB-PR. “Estamos em um estado republicano e é preciso prestar contas dos recursos públicos, isso é um direito pleno de cada cidadão.”

### Na prática

Na sexta-feira (22), foi realizada a primeira reunião do movimento Olho na Transparência, que é liderado pela OAB-PR. Na pauta, um dos assuntos foi a decisão do STF sobre a constitucionalidade da divulgação do salário dos servidores. O movimento pretende analisar a aplicação da lei nos portais de todos os poderes públicos do estado.

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### Mais gente na fila dos precatórios

O governo do Paraná decidiu retomar o projeto que estabelece um novo teto (R\$ 12 mil) para que as dívidas judiciais sejam transformadas em precatórios antes de serem pagas. A proposta fazia parte do "pacotão" de ajuste fiscal, mas acabou sendo retirada para diminuir o número de frentes de batalha naquele momento. O projeto, que agora foi reenviado à Assembleia Legislativa, desagrada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A **seccional paranaense da OAB** diz que a proposta é prejudicial principalmente para quem tem dívidas pequenas a receber do governo – os mais prejudicados seriam pequenas empresas, pessoas físicas e, especialmente, doentes e idosos. Pela regra em vigência, viram precatório dívidas de mais de 40 salários mínimos (cerca de R\$ 31,5 mil). As outras são pagas imediatamente. O governo, no entanto, diz que por lei federal já deveria ter reduzido o limite e que só está acatando uma regulamentação que já vale em todo o país.

#### Briga vai para a Justiça

A professora que alega ter sido chamada de "biscate" pelo deputado federal Valdir Rossoni (PSDB) vai processar o parlamentar por injúria e difamação. Adriana Sobanski, docente de História da rede estadual, divulgou no último fim de semana uma mensagem privada que Rossoni supostamente lhe enviou pelo Facebook, com o xingamento, logo depois de ela ter criticado postagens dele na rede social. Mais tarde, Rossoni disse que seu perfil havia sido invadido por hackers.

#### Rubens Bueno

**"Vamos ao Supremo para derrubar este contrabando em letras garrafais. Essa medida provisória jamais deveria ter recebido uma emenda como esta. Não estamos discutindo aqui construção de shopping, de garagem."**

Rubens Bueno, líder do PPS na Câmara dos Deputados, sobre a inclusão na MP 668 da permissão para que o Legislativo construa um prédio anexo de R\$ 1 bilhão.

24 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## BESSA

### Vitória paranista

A confirmação do jurista Luiz Edson Fachin como ministro do Supremo Tribunal Federal foi saudada pelo Movimento Pró-Paraná, que desde 2009 esperava a indicação do paranaense para a função. A entidade, presidida pelo empresário Jonel Chede, diz que a indicação e a aprovação de Fachin pelo Senado é uma bandeira tornada vitoriosa.

### NOTA POLÍTICA

Sobre

#### Edson Fachin

O jurista paranaense foi aprovado pelo Senado, por 52 votos a 27, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele toma posse no dia 16 de junho.

## BESSA



Vana Lopes entre os autores Claudio Tognolli e Malu Magalhães no lançamento do livro *Bem-Vindo ao Inferno*, na Livraria da Vila. Com prefácio de Rosângela Wolff Moro (à dir.), mulher do juiz Sergio Moro, o livro narra a história de Vana, uma das vítimas do médico Roger Abdelmassih.

25 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» PARANÁ PREVIDÊNCIA

# TJ saca R\$ 23 milhões do Fundo Previdenciário



Sede do Tribunal de Justiça, em Curitiba: depois do Executivo, instituição foi quem mais sacou recursos do Fundo Previdenciário.

**R\$ 493 MILHÕES**

foi o total sacado pelo governo do estado do Fundo Previdenciário depois da aprovação da reforma da previdência. A lei tinha caráter retroativo e isso permitiu que as instituições dissessem que estavam apenas sendo "ressarcidas" pelo que pagaram a mais aos aposentados e pensionistas quando tiraram dinheiro de seus próprios caixas entre janeiro e abril deste ano. Agora, os inativos passam a ser pagos pelo Fundo Previdenciário.

TC, Ministério  
Público e  
Assembleia  
também retiraram  
outros R\$ 21  
milhões de  
"poupança" após  
aprovação de lei

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

25 MAI 2015

Amanda Audi

0 A aprovação da reforma da previdência estadual em caráter retroativo permitiu que todos os Poderes do estado sacassem valores do Fundo Previdenciário. Ao todo, o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Paraná sacaram R\$ 44,4 milhões da Paranaprevidência.

A **Gazeta do Povo** teve acesso ao documento sigiloso que consolida o saque da previdência e especifica o montante destinado a cada Poder. Todos os dirigentes dos órgãos citados assinaram o acordo, assinado um dia depois do “massacre do Centro Cívico”.

No total, R\$ 527 milhões saíram do Fundo Previdenciário. A maior parte do saque, R\$ 483 milhões, foi destinada ao governo estadual. Abaixo do governo, o órgão que mais se beneficiou com a retroatividade da lei foi o TJ, que recebeu R\$ 23,2 milhões. Em seguida aparecem o MP (R\$ 10,9 milhões), o Tribunal de Contas (R\$ 9,7 milhões), e por fim a Assembleia (R\$ 669,3 mil).

Os valores são um “ressarcimento” pelo que os órgãos “pagaram a mais” com aposentados com mais de 73 anos entre janeiro e abril deste ano. Depois da promulgação da Lei 17.435, em 30 de abril, esses pagamentos passaram a ser feitos pelo Fundo Previdenciário, uma espécie de “poupança” do funcionalismo. Antes, eram pagos pelo caixa de cada instituição.

A mudança na Paranaprevidência foi aprovada na Assembleia Legislativa ao mesmo tempo em que servidores que protestavam contra a alteração eram reprimidos pela polícia militar, em 29 de abril.

Os saques vão na contra-mão do que havia sido anunciado pelo governo anteriormente. O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou que não iria retirar dinheiro da previdência,

mas sim compensar com menos repasses no futuro. Ele voltou atrás depois que a movimentação foi divulgada, dizendo que os saques servem apenas para “contabilização correta” das contas do primeiro quadrimestre.

Em declaração à **Gazeta do Povo** na semana passada, o consultor previdenciário e idealizador da Paranaprevidência, Renato Follador, avaliou que os saques têm objetivo apenas de abastecer o caixa do governo e dos poderes. “A função do Mauro Ricardo é fazer caixa, e o único lugar que tem dinheiro no Paraná hoje é a previdência”, disse ele.

Para os servidores, o problema mais imediato é a retirada abrupta de muito dinheiro do fundo. A ação não é recomendada por especialistas porque nas projeções atuariais são avaliados também os rendimentos do fundo. Na prática, significa dizer que a solvência do fundo será ainda menor que os cerca de 30 anos apontados pelo governo.

### Beto nega licença 1

**A** notícia da exoneração da vice-governadora Cida Borghetti do cargo de chefe do Escritório do Paraná em Brasília pelo governador Beto Richa gerou rumores de que por trás da decisão estaria uma provável licença dele por 90 dias. A coluna falou ontem com ambos, por telefone, que negaram enfaticamente. "Estou sabendo por você. Isso de licença nunca foi discutido", disse Beto, que estava na casa do filho mais velho, Marcelo Richa, comemorando o aniversário da nora, Fernanda.

#### Beto nega licença 2

Com a voz animada, o governador disse que está bem, que já esteve ruim e acrescentou: "É lógico que não estou feliz. Vamos enfrentar tudo isso. Estou resistindo. Não está sendo fácil, mas estou firme". Quanto à exoneração de Cida, Beto disse que ela continuará a desempenhar a função de interlocutora em Brasília, mas como vice-governadora. "Ela é muito articulada", afirmou.

#### Beto nega licença 3

O governador também afirmou que tem procurado mostrar que todo o esforço do ajuste fiscal de seu governo não pode ser para pagar a folha. Segundo ele, o aumento do magistério foi de 60% contra uma inflação de 26% e que isso está sendo mostrado para a sociedade. Beto disse que a APP-Sindicato começa a enfrentar resistência dos próprios professores, que querem encerrar a greve e citou a paralisação do magistério no Mato Grosso do Sul, estado também administrado pelo PSDB, como sinal de que se trata de uma ação de "sindicatos petistas" para desviar a atenção das denúncias contra o PT.

#### Conta de mais

A vice Cida Borghetti – com quem a coluna havia falado antes de Beto – alegou que houve uma má interpretação ou falha de comunicação sobre sua exoneração. "Houve um equívoco do primeiro decreto para o segundo. A hora é de somar, temos que fazer uma união pelo Paraná", afirmou. Sobre uma possível licença do governador, disse: "Acho que não cabe. Tenho percebido que as coisas melhoraram um pouco. Vai passar, se Deus quiser".

## NOTA POLÍTICA

### Atividade de risco

Em uma palestra sobre o sistema eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), citou alguns destinos trágicos de tesoureiros de campanha. Em uma campanha da França, um tesoureiro se suicidou. Na Alemanha, um tesoureiro foi morto. "Digo isso para que as pessoas não fiquem desanimadas achando que só aqui tem problemas [com fundos de campanha]. No Brasil, tivemos um morto e temos um preso. Ou seja, ser tesoureiro de campanha é uma atividade de alto risco", disse ele.

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-moradia

Os auxílios – principalmente para moradia – são um acinte. O principal culpado é o Supremo Tribunal Federal, pois insiste em não julgar a inconstitucionalidade desse penduricalho, cujo pagamento está amparado em decisão liminar. Questões como essa, de relevância nacional, têm que ser julgadas rapidamente.

João Ferreira de Freitas Filho

25 MAI 2015

## » "ERRO" GAZETA DO POVO

# Richa exonera Cida Borghetti de escritório em Brasília

Amanda Audi e Willian Bressan

Menos de 20 dias após assumir a chefia do Escritório de Representação do Paraná em Brasília, a vice-governadora Cida Borghetti (Pros) foi exonerada do cargo. A decisão, assinada pelo governador Beto Richa (PSDB), foi publicada no diário oficial do Executivo da última sexta-feira (22).

Marido de Cida, o deputado federal Ricardo Barros (PP) disse que a nomeação havia sido um "erro burocrático". Segundo ele, Cida teria dito ao governador que aceitaria participar de um grupo de trabalho para estreitar a relação com o governo federal. Mas não assumir a chefia da representação, que tem status de secretaria.

"Ela nunca quis assumir a operação do escritório, porque daí tem que ordenar despesas, fazer despachos", diz Barros, que é vice-líder do governo Dilma na Câmara. A função não seria compatível com o dia a dia da vice-governadoria, segundo ele.

Sobre a suposta falha na comunicação entre governador e vice, Barros diz apenas que Cida "tem feito o seu trabalho" e que o mal-entendido é uma "questão burocrática, e não política".

Desde que foi nomeada para a representação em Brasília, Cida nunca demonstrou estar desconfortável com a função. Ela se manifestou publicamente em várias ocasiões dizendo que iria usar a

função estratégica para melhorar o relacionamento com a União e para trazer recursos para o Paraná. Na semana passada participou de uma reunião com o vice-presidente Michel Temer (PMDB) no cargo de representante do estado.

Mesmo fazendo parte do grupo de trabalho que ficará em Brasília, na prática a vice-governadora deverá perder parte da influência que poderia ter com o cargo. Em posição de igualdade, fazem parte do grupo, junto com a vice, os secretários da Casa Civil, Planejamento e a Procuradoria-Geral do Estado.

Ainda não foi definido quem ocupará o cargo deixado por Cida. A expectativa é de que seja nomeado Mozart Viana, ex-secretário-geral da mesa diretora da Câmara Federal. A indicação teria partido de Barros. Mas até a noite de domingo (24) não havia confirmação oficial.

A vice-governadora substituiu Amauri Escudero, que estava na função desde o primeiro mandato do governador. Cida não foi localizada pela reportagem para comentar a mudança.

23 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça

# condena Beto a devolver R\$ 2 mi ao Estado

Juiz da 4ª Vara da Fazenda  
Pública de Curitiba considerou  
irregular a contratação pelo  
governador de empresa de  
táxi aéreo sem licitação

Luis Fernando Wittemburg  
*Reportagem Local*

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Guilherme de Paula Rezende, condenou o governador Beto Richa (PS-DB) a devolver R\$ 2 milhões ao Estado por considerar irregular a contratação da empresa de táxi aéreo Helisul, no início de seu primeiro mandato, para seu traslado em missões oficiais. O valor deve ser ressarcido solidariamente pelo chefe da Casa Militar Alberto Castilho Casitas, e pela própria empresa, que prestou serviços, em 2010, para a campanha tucana.

O contrato de locação de um jato e um helicóptero foi firmado em 2011, para prestação de serviços entre 10 de março e 10 de junho, e feito de forma emergencial, sem a realização de licitação. Entretanto, o autor da ação, Roberto Rocha, argumentou que o

próprio Estado tinha frota de aeronaves e ressaltou que o proprietário da Helisul, Eloy Biezus, é amigo pessoal do governador e a empresa, além de prestar serviços à campanha a governador, também serviu ao município de Curitiba na época em que Beto era prefeito.

Na defesa, Casitas alegou que as aeronaves do Estado não serviriam para o seguro traslado do governador e a contratação ocorreu após várias cotações, das quais a Helisul apresentou o menor valor. O governo do Paraná repetiu os mesmos argumentos.

Beto, em sua defesa, alegou que o processo de dispensa de licitação ocorreu sob os trâmites legais e que a empresa apresentou o menor valor. Já a Helisul afirmou que o governador e o proprietário da empresa se conhecem, mas que não houve interferência no contrato, e que os serviços foram prestados abaixo do valor de mercado.

Entretanto, ao julgar a causa, o magistrado considerou que o Estado tinha, na época, um avião monomotor turbo-élice modelo Caravan apto para as viagens do governador, um com base em consultas de Certificados de Aeronegabilidade (CA) emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Além disso, resalta o juiz, outras duas aeronaves leiloadas pela administração por serem consideradas inservíveis também tinham CA em dia — um desses aviões pertence, atualmente, a Eloy Biezus, dono da Helisul.

O registro das três segue em dia até hoje, ressaltou o magistrado ao considerar nulo o contrato e determinar a devolução dos valores corrigidos. Para o juiz, o ato feriu os princípios da moralidade e legalidade.

**CONTINUA**

23 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

A Procuradoria-Geral do Estado afirmou ontem que o governo não vai recorrer da decisão, já que, apesar de estar no polo passivo, é beneficiado pela sentença. Entretanto, a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu ressaltou, por meio de nota, o respaldo jurídico que garante a legalidade do contrato, que foi considerado legal pelo Tribunal de Contas (TC) do Paraná. "Foi amparado, ainda, na avaliação técnica de membros da Casa Militar, que atestaram a necessidade da contratação."

O órgão também informou que o governador vai recorrer da decisão. A FOLHA não conseguiu contato com o advogado de Beto, Cristiano Hotz.

A advogada de Casitas, Danielle Christianne da Rocha, disse que não poderia se manifestar porque ainda não foi notificada, mas que deve recorrer. O advogado da Heli-sul, Sérgio Botto de Lacerda – que também é procurador do Estado –, afirmou que a empresa foi contratada para atender aos interesses do Estado, que não tinha jato à época, e que o serviço foi devidamente prestado, o que afasta o ressarcimento.

Lacerda também afirmou que a proximidade entre Beto e Biezus não interferiu na contratação e que a empresa prestou serviços, durante a campanha eleitoral de 2010, para candidatos de outros partidos. O advogado informou ainda que, na fase de execução, deixa de defender a empresa por impedimentos legais.

23 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# MP deve acrescentar novos réus à denúncia da Publicano

Após ouvir o auditor Luiz Antonio de Souza,  
Gaeco vai incluir mais suspeitos  
de arrecadar propina de empresas que  
sonegavam tributos estaduais

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**A**pós a delação do auditor da Receita Estadual de Londrina Luiz Antonio de Souza, que já chega a 40 horas de depoimentos, somadas às 3 horas em que permaneceu na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na tarde de ontem, o Ministério Público (MP) deve acrescentar fatos e réus à denúncia protocolada em março, que já envolve 62 pessoas – incluindo 15 auditores, além de empresários, contadores e “laranjas” – acusadas de integrarem organização criminosa para arrecadar propina de empresas que sonegavam tributos estaduais.

Com as declarações de Souza, que teria envolvido mais cem pessoas e empresas – e pelo menos 30 auditores, segundo o advogado do auditor, Eduardo Duarte Ferreira – é necessário que os nomes dos suspeitos que supostamente fizeram parte da quadrilha sejam incluídos como

réus. É o que se chama de aditamento da denúncia. A ação penal tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina.

“Existem fatos (revelados pelo auditor) que serão objeto de aditamento e fatos que serão objeto de nova denúncia”, explicou a promotora de Defesa do Patrimônio Público, Leila Schimiti. “Estamos trabalhando contra o tempo e queremos fechar, pelo menos, parte dessas informações o mais breve possível, mas não há um prazo determinado para esta medida de aditamento.”

Entre as revelações do auditor, está o fato de que o empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB) e que tinha presença constante no Palácio do Iguaçu, seria também uma pessoa cujas ordens eram cumpridas à risca por auditores, conforme declarou o advogado de Souza. Seu principal contato no órgão, também segundo Ferreira, seria o auditor Márcio de Albuquerque Lima, apontado pelo Gaeco como líder da organização criminosa.

## NOVO DEPOIMENTO

Ontem à tarde, Luiz Antonio de Souza prestou depoimento por cerca de três horas à promotora Leila Voltarelli e suas idas ao Gaeco – ele está preso desde fevereiro, quando foi flagrado em um motel com uma adolescente e responde também por exploração sexual de menores – devem continuar.

“Ele está especificando tudo o que já relatou aos promotores, detalhando cada situação ilícita”, afirmou o advogado. “Acredito que isso ocorrerá diversas vezes, o que é natural numa delação tao vultosa, tão grandiosa, que envolve tantos detalhes.”

Leila afirmou que, paralelamente, aos depoimentos de Souza o Gaeco tem realizado “inúmeras diligências, coletado depoimentos e documentos não só para corroborar situações já levantadas, mas as várias novas informações que estão surgindo”.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### TC e o anexo

Um dia depois que o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná mandou seguir o processo que apura fraude em licitação para a construção do anexo do Tribunal de Contas (TC), o principal órgão de fiscalização e controle do Estado, divulgou ontem nota sobre o caso. Segundo o TC, "logo após a denúncia, em junho de 2014, foi determinada a suspensão do procedimento licitatório e o afastamento do servidor detido com numerário que seria oriundo da empreiteira que executaria a obra; também foi aberta sindicância para apurar responsabilidades". A investigação feita pelo Ministério Público (MP) do Paraná levou para a cadeia, por três dias, o ex-diretor do TC, Luiz Bernardo Dias Costa, quando saía com R\$ 200 mil da empreiteira que faria a obra.

### E Artagão?

Na nota, o TC afirma que "no início deste ano foi promovido o cancelamento definitivo do contrato e da obra" e que "nem um centavo de dinheiro público foi despendido em relação à referida licitação, já que a empreiteira vencedora não chegou a iniciar a obra". O TC não fez qualquer menção à sindicância aberta contra o então presidente do órgão, Artagão de Mattos Leão, que está no Superior Tribunal de Justiça (STJ), devido ao foro privilegiado. Pouco avançou a investigação em Brasília.

### Avaliação prática

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná (TC) pretende criar um índice de avaliação municipal que possibilite medir os resultados institucionais em relação à eficiência, eficácia e economicidade das ações administrativas nas áreas de educação, saúde, planejamento, fiscal, meio ambiente e urbanismo, assistência social e tecnologia da informação. O foco, segundo o TC, é ampliar a atuação do Tribunal, que atualmente prioriza a fiscalização sobre a legalidade da gestão, passando a aferir a efetividade das ações da administração pública municipal.

### Biometria

Os eleitores das cidades de Piraquara e Bocaiuva do Sul (ambas na Região Metropolitana de Curitiba) vão passar por revisão biométrica. O processo foi lançado na última quarta-feira. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná está com o Projeto Biometria 2015, que levará o novo sistema a 84 novos municípios do Estado neste ano. Por conta disso, a Justiça Eleitoral já disponibilizou em seu site na internet ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)) o serviço de agendamento.

# 23 MAI 2015

## AGENDA

### Direito Processual Civil

Londrina - A Pós-Graduação em "Direito Processual Civil e o Novo CPC", da Faculdade Pitágoras, promoverá palestra inaugural, aberta ao público, com o tema: "O Novo Direito Processual Civil: abordagem comparativa entre o antigo e o novo CPC", com o professor doutor Jesualdo de Almeida Junior. O evento destacará as novidades da Lei 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil, mudança legislativa de grande importância para advogados e estudiosos do Direito. O encontro é gratuito e acontecerá no sábado (23), às 9 horas, na Faculdade Pitágoras de Londrina. É necessário confirmar presença pelo [devanir.toneto@pitagoras.com.br](mailto:devanir.toneto@pitagoras.com.br) - (43) 8823-5452 - (43)3373-7365 ou [helio.neto@kroton.com.br](mailto:helio.neto@kroton.com.br) - (43) 9646-2397 - (43)3373-7393. Haverá a emissão de certificado de participação.

## MILITÃO

### Álvaro Dias ameaçado de morte

Por ter sido um dos defensores da candidatura do advogado Luiz Edson Fachin, de Curitiba para a vaga de Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal, o que acabou acontecendo, com a aprovação pela maioria dos votos dos integrantes do Senado Federal, o senador Álvaro Dias recebeu dois telefonemas ameaçando-o de morte. Foi o que adiantaram a esta Coluna amigos do parlamentar paranaense. Fachin teve também o apoio da OAB do Paraná e também da OAB nacional e dele se espera que lute pela instalação do Tribunal Regional Federal em Curitiba, que foi vetada pelo ex-ministro Joaquim Barbosa.

24 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Fila dos precatórios**

O governo estadual reenviou para a Assembleia Legislativa o projeto de lei 392/2015 que reduz o crédito de pequeno valor (dívida do Executivo originada a partir de ação judicial) para R\$ 12 mil. Atualmente, o valor é de R\$ 31,5 mil (40 salários mínimos). Caso a proposta avance na Casa e seja aprovada em plenário, qualquer quantia superior a R\$ 12 mil virará precatório. O projeto já foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e já pode ser colocada na pauta da próxima reunião, na terça-feira.

#### **Prazo elástico**

A proposta fazia parte do “pacotão” de ajuste fiscal apresentado no final do ano passado, mas acabou sendo retirada do texto. Conforme o projeto apresentado pelo governador Beto Richa (PSDB), o prazo para o pagamento também será maior – passando dos atuais 60 para 90 dias. Entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná (OAB-PR), já haviam criticado a proposta, ressaltando que o Executivo está apenas postergando as dívidas para futuros governadores. Ainda conforme o órgão, os principais prejudicados com o projeto seriam as pequenas empresas e principalmente pessoas físicas, entre elas idosos e doentes.

24 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

### **Milagre no consenso**

Raramente se vê nas nossas práticas políticas um consenso como o observado na campanha pelo jurista Luiz Edson Fachin por seu ingresso no STF. Até a unidade expressa no Senado, com todos irmanados na boa causa, isso sem falar na capilaridade de entidades regionais e nacionais, que a apoiaram, acabou se transformando num dos bons momentos de nossa história em que afastamos aquele arquétipo que tanto nos caricatura da autoflagelação.

Obviamente as qualidades excepcionais do jurista, que aqui fez sua carreira, facilitaram essa arregimentação que dava conteúdo especial à causa, orgulho de nossa cultura. Quando se vê essa unidade é de perguntar-se se teríamos um temário possível de nossas reivindicações, mormente no que diz respeito às nossas demandas em logística infraestrutural, para incluí-las numa plataforma dentre as muitas que instituições como o Pró-Paraná já formularam e também ações como a da Fiep e Faep na identificação de aspirações nossas de curto, médio e longo prazo. Muitas delas, como as referentes a ferrovias e aos nossos portos e aeroportos, são questões óbvias que independem de questionamento de traço doutrinário e ideológico e em muitos configuram interesses permanentes da sociedade paranaense por sua força agregadora.

Uma das dificuldades está na fulanização, isto é, na identificação de quem faz determinada proposta: uma delas a do empresário Joel Malucelli relativa à construção de um aeroporto de cargas (o de Afonso Pena é sabidamente deficiente e que obriga inclusive cargueiros a voo baixo na Grande Curitiba) nos Campos Gerais. Essa aspiração já foi de Ponta Grossa que pretendia fazer disso um novo ciclo em sua economia tão criativo quanto aquele que lá implantou um dos maiores parques agroindustriais do País. É claro que a localização apontada não é pacífica já que há pendências de caráter ambiental quanto a efeitos tidos como perversos ao bioma.

FOLHA DE LONDRINA 25 MAI 2015

Aprovado pela Câmara em abril  
de 2013, processo foi suspenso  
pelo Supremo meses depois

# Criação de tribunais regionais federais segue indefinida

Fábio Galão

Reportagem Local

**H**á dois anos, a Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criação de quatro novos tribunais regionais federais (TRFs) no Brasil, em acréscimo aos cinco já existentes: o da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª regiões. Esses tribunais ficariam em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, respectivamente, com jurisdição nos próprios estados e em vizinhos (veja gráfico). A proposta havia sido apresentada em 2001 por um grupo de senadores, sob a justificativa de que agilizaria a tramitação de processos e reduziria custos de deslocamento de advogados. Hoje, por exemplo, os profissionais paranaenses têm que se deslocar até Porto Alegre, sede do TRF4, que abrange os três estados do Sul.

A PEC foi aprovada em 2002 e encaminhada à Câmara, onde demorou 11 anos para ser votada. A promulgação da Emenda Constitucional 73/2013 ocorreu em junho de 2013. Foi uma alegria

passageira. No mês seguinte, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, deferiu pedido de liminar, feito pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), e suspendeu os efeitos da emenda até apreciação da ADI pelo plenário do STF, o que ainda não ocorreu. Até isso acontecer, a instalação dos tribunais, que deveria

---

### Proposta agilizaria a tramitação de processos

---

acontecer seis meses após a promulgação da emenda, fica suspensa.

Entre as entidades paranaenses que durante anos reivindicaram a criação de um TRF com sede em Curitiba, a decisão da presidência do STF gerou enorme frustração, aumentada pela demora na apreciação da ADI pelo plenário do Supremo.

Juliano Breda, presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Bra-

sil (OAB-PR), diz que a entidade, uma das principais apoiadoras da instalação do TRF6, acompanha semanalmente a tramitação da ADI. “Não esquecemos, muito pelo contrário, continuamos entendendo que a instalação dos novos TRFs é absolutamente necessária para a Justiça brasileira e que a criação deles não teve qualquer problema jurídico. Sabemos que todas as ADIs têm tramitação lenta. Há poucos dias estivemos com o ministro Luiz Fux (relator da ação no STF) e conversamos sobre o assunto. Ele já havia nos recebido outras vezes, tem sempre se mostrado muito acessível e disse que (a questão) está quase pronta para ir a julgamento. Estão esperando apenas definições sobre a crise, sobre investimentos que a União vai fazer este ano, para que o assunto seja debatido dentro de um contexto maior, que envolve toda a estrutura da Justiça brasileira”, relata.

**CONTINUA**

Breda diz considerar frustrante a espera pela aprovação da instalação do TRF no Paraná. “Essa espera é frustrante, porque tivemos uma vitória espetacular, que foi a aprovação da emenda constitucional após anos de reivindicação, e a expectativa era de uma instalação rápida. O (então) ministro Joaquim Barbosa já tinha uma posição pessoal, contra a criação dos TRFs, e sua decisão chegou a ser passional. Nós entendemos que foi uma batalha perdida, porém. Pode demorar, mas essa reformulação de todo o sistema da Justiça brasileira vai ter que acontecer”, afirma.

Apesar de demonstrar pessimismo quanto à criação do TRF no Estado, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe), Anderson Furlan, aponta que há uma “alternativa” em andamento. “O Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional para a criação de 80 cargos de desembargador (na Justiça Federal). O que defendemos é que 12 cargos previstos para o Rio Grande do Sul sejam destinados para Curitiba e que dos cargos previstos para o Distrito Federal, 20 sejam destinados para Minas Gerais, oito para a Bahia e quatro para o Amazonas. Essas instâncias não teriam o nome de TRF, mas seriam câmaras julgadoras

que no futuro seriam as bases dos novos TRFs”, explica.

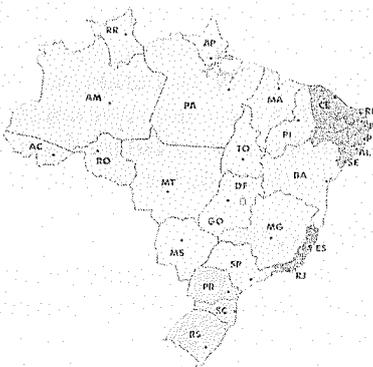
Furlan vem mantendo conversas com ministros do STF e mostra pessimismo: “Não temos expectativa de que o Supremo vai votar logo”, lamenta. “É algo impossível de se pensar, num país democrático, que uma emenda constitucional aprovada após 12 anos de tramitação seja suspensa por liminar, uma medida precária, e fique nessa indefinição, ao invés de a ADI ser julgada rapidamente pelo plenário. É um desrespeito à separação entre os poderes e à vontade do povo brasileiro, expressa por votação nas duas casas de leis.”

## MUDANÇAS

### Como ficaria a distribuição dos tribunais regionais federais se a Emenda Constitucional nº 73/2013 estivesse em vigor

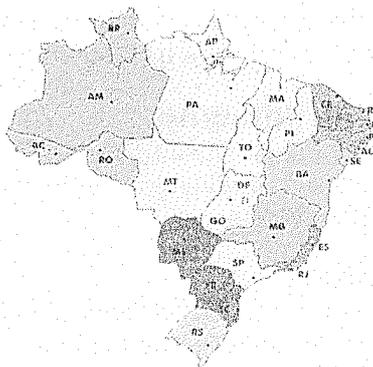
#### COMO É HOJE

TRF	Abrangência
1ª Região	Distrito Federal, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins
2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo
3ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul
4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina
5ª Região	Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe



#### COMO FICARIA

TRF	Abrangência
1ª Região	Distrito Federal, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins
2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo
3ª Região	São Paulo
4ª Região	Rio Grande do Sul
5ª Região	Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte
6ª Região	Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul
7ª Região	Minas Gerais
8ª Região	Bahia e Sergipe
9ª Região	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima



CONTINUAÇÃO

## Custo estimado seria de R\$ 1,5 bilhão

Na ADI que provocou liminarmente a suspensão da Emenda Constitucional 73/2013, a Anpaf alegou que a matéria é inconstitucional porque é competência privativa do STF ou de tribunal superior a proposição de criação ou extinção de tribunais inferiores. Além disso, argumentou a Anpaf, a Constituição Federal estipula a existência de dotação orçamentária para a elaboração de leis que criem ou aumentem despesas do poder público, o que não teria sido considerado. A associação apontou também que a criação de novos TRFs não é a medida menos onerosa para melhorar o acesso ao Judiciário e agilizar processos.

Desde a publicação da liminar, a tramitação da ADI no STF teve poucas novidades, como a admissão de algumas entidades, entre elas o governo do Paraná, como interessadas na causa. Em março do ano passado, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou pela improcedência da ADI.

No documento, ele argumentou que a PEC não precisaria ter retornado ao Senado, porque não sofreu mudança substancial de conteúdo. Também alegou que a Emenda Constitucional 73/2013 não tem vício de iniciativa por ter partido do Legislativo, já que a criação dos novos TRFs apenas promoveria "alterações periféricas na estrutura de órgãos do Judiciário" e não

### CRONOLOGIA

**Projeto para criação do TRF com sede em Curitiba e outros três ficou quase 11 anos tramitando na Câmara; após aprovada, emenda constitucional teve efeitos suspensos meses depois**

> Um grupo de senadores apresenta uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criação dos TRFs da 6ª e da 7ª regiões

> Um substitutivo amplia a proposta, com a criação de mais dois TRFs, da 8ª e da 9ª regiões

> A PEC é aprovada no Senado e enviada à Câmara dos Deputados

> A PEC é aprovada na Câmara

> Em sessão conjunta do Senado e da Câmara, a Emenda Constitucional nº 73/2013 é promulgada

> O então presidente do STF, Joaquim Barbosa, defere pedido de liminar feito pela Anpaf e suspende os efeitos da emenda

Fonte: Reportagem

Folha Arte

configuraria agressão ao princípio da independência entre os poderes.

Quanto ao argumento de falta de dotação orçamentária, Janot considerou que isso não torna a emenda inconstitucional, apenas impede que seja aplicada no exercício financeiro corrente. O procurador argumentou também que "não é caso de afirmar que houve inconstitucionalidade" diante das alegações de que haveria meios mais eficientes de promover maior acesso à Justiça e agilizar processos e de que poderia ter havido uma distribuição melhor da jurisdição dos TRFs. Por fim, Janot apontou que a Anpaf não teria legitimidade para apresentar ADI neste caso.

Procurado pela FOLHA, o vice-presidente da Anpaf, Rogério Filomeno, disse por meio da assessoria de im-

prensa que não iria se pronunciar neste momento porque o assunto já foi amplamente discutido anteriormente. A respeito da alegação de que não teria legitimidade para peticionar contra a emenda, a Anpaf havia apontado na ADI que preenche os requisitos constitucionais de representar uma categoria profissional específica e atuar em âmbito nacional. Também havia alegado que tem pertinência quanto ao tema da emenda, porque a criação dos TRFs teria que ser acompanhada de quadro correspondente de procuradores federais, advogados da União, defensores públicos e procuradores da República, e não haveria tempo suficiente "para a devida estruturação física e logística", o que causaria "incomensurável sacrifício pessoal".

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

25 MAI 2015

Francisco Gil Castello Branco Neto, secretário-geral da Contas Abertas, entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, diz que a criação dos novos TRFs não se justifica. “Essa discussão, se já era estranha e desnecessária há dois anos, é ainda mais inoportuna neste momento, porque estamos com a perspectiva de um ajuste fiscal, prestes a ser aprovado no Congresso Nacional, que vai gerar muitas dificuldades para a sociedade brasileira. Então não há sentido em ampliar os gastos em estruturas administrativas”, alega.

O secretário contesta as alegações dos defensores da emenda de que mais TRFs proporcionariam mais celeridade à Justiça Federal. “Há outras formas de modernizar e agilizar a Justiça, como a informatização dos processos. Além disso, na época (da aprovação e promulgação da emenda), estudos apontaram que a maior concentração dos processos não está nos TRFs, o que desmonta esse argumento”, relata Castello Branco.

A Contas Abertas estima que, se estivessem em funcionamento, os quatro novos TRFs representariam uma despesa extra de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos. Para chegar a essa estimativa, a entidade calculou o custo médio dos cinco TRFs já existentes, conforme dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, e multiplicou por quatro. (E.G.)

23 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça autoriza internação dos 3 jovens suspeitos de estuprar menina em escola

A Vara da Infância e da Juventude acatou o pedido do Ministério Público Estadual (MPE) para internar os três adolescentes suspeitos de ter estuprado uma estudante de 12 anos, no dia 12, na Escola Estadual Leonor Quadros, no Jardim Miriam, zona sul de São Paulo.

A Justiça também autorizou uma ordem de busca e apreensão contra dois adolescentes, já que somente um deles foi ouvido pelo promotor responsável pelo caso. A decisão é de anteontem, e o processo foi parar na mão da Justiça dez dias depois de a garota ter sido atacada dentro do banheiro masculino da escola.

Até o fim da tarde de ontem, nenhum dos jovens tinha sido internado na Fundação Casa. Somente um dos suspeitos tem advogado constituído. A família alega que o estudante de 14 anos estava na diretoria do colégio no momento em que a adolescente foi estuprada. No entanto, o rapaz que confessou o crime disse que ele participou do estupro.

24 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# A circunstância de Fachin

Para sociólogo, novo ministro do STF será sensível a valores sociais na interpretação da lei e das contradições entre o legal e o legítimo

Tendência. A Corte já está atenta aos novos sujeitos de direito da cena brasileira

Na terça-feira, por 52 votos a 27, o Senado aprovou o jurista gaúcho Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff, para a 11ª cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga deixada por Joaquim Barbosa, que se aposentou no ano passado.

*José de Souza Martins*

**A**celeuma quanto à indicação do professor Luiz Edson Fachin para a vaga do ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal esconde os aspectos históricos do caso. É importante que a Suprema Corte tenha um ministro com seu perfil. O jurista gaúcho radicado no Paraná não representa, nem pode, um partido político ou uma facção partidária. Ele representa, antes de tudo, uma tendência histórica que só aos poucos se evidencia e ganha presença no cenário social e político do País. É de se presumir que ele será um ministro sensível aos valores sociais dessa tendência na interpretação da lei e das contradições entre o legal e o legítimo à luz do advento histórico de novos sujeitos de direito na cena brasileira.

Frequentemente nos esquecemos de nossos débitos históricos, dos problemas criados e não resolvidos até no passado distante e que, mais cedo ou mais tarde, clamam por solução. Quando são reunidas as condições históricas da solução, independente de pessoas e vontades, as pendências emergem e se resolvem numa direção ou noutra.

Atenho-me ao débito que maiores tensões têm provocado na história brasileira, o da propriedade da terra. Fachin foi questionado quanto à reforma agrária e seus vínculos com os que a reforma defendem. Esse é um tema que abala os nervos dos que veem na proposição da reforma uma ameaça esquerdista ao direito de propriedade. A



verdade é que a reforma agrária é uma proposição política conservadora. Nosso Estatuto da Terra e a legislação decorrente foram-nos outorgados pelo regime militar e anticomunista inaugurado em 1964, com o fundamental objetivo de assegurar a ordem em relação ao direito de propriedade. Na direita e na esquerda, enganam-se os que não compreendem a função social e política da reforma.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 MAI 2015

Longe de ameaçar a instituição do direito de propriedade, a reforma propugna a multiplicação do número de proprietários. Reforça, portanto, a propriedade privada, ao mesmo tempo em que estabelece limites à concepção da propriedade absoluta e abusiva da terra ao introduzir o pressuposto da sua função social, o que já estava na Constituição de 1946. Enganam-se tanto os que combatem o agrorreformismo, na pressuposição de que o direito de propriedade fundiária tem no Brasil uma sólida existência de 500 anos; quanto os que o defendem, especialmente no PT e no MST, supondo que a propriedade privada da terra é entre nós uma iniquidade de 500 anos.

O regime fundiário no Brasil, desde o descobrimento, foi o das sesmarias, cuja lei é de 1375, uma portuguesa lei de reforma agrária, que aqui teve vigência até 1822, substituída em 1850 pela nossa Lei de Terras. No regime sesmarial, mantinha o Estado a propriedade eminente do solo, cabendo ao particular a posse útil. Na ausência de uso produtivo da terra, caía a concessão territorial em comisso, ficando a terra disponível para ocupação por outra pessoa. As iniquidades históricas relacionadas com o chamado latifúndio deviam-se não ao regime sesmarial, mas à escravidão.

A República oligárquica dos coronéis do sertão confirmou essa opção fundiária, em 1889, justamente na medida em que transferiu aos Estados a regulação do acesso às terras devolutas. Pode-se entender o que isso significou quando se tem em conta que a República entre nós nasceu como ditadura militar em oposição aos senhores de terras. Duas tendências históricas opostas marcadas por grande tensão. O que, aliás, foi no básico assinalado justamente por um ministro do Supremo, Victor Nunes Leal, num clássico da Ciência Política brasileira, *Coronelismo, Enxada e Voto*.

A Revolução de Outubro de 1930 abriu o caminho para relativizar a concepção de propriedade, com o Código de Águas, de 1934, que separou as águas e a propriedade privada da terra, restituindo-as ao domínio do Estado. Abriu, assim, caminho para o princípio jurídico que relativiza até mesmo a propriedade do solo, no caso das terras de marinha, das reservas florestais e das reservas indígenas, aquelas terras em que a extensão e o uso da terra colidem com a função social da propriedade e o interesse público.

Quando se toca nessas pendências históricas toca-se em complexos de problemas não resolvidos. Movida uma peça no tabuleiro de xadrez da História, outras peças acabam sendo movimentadas. A relativização da concepção de propriedade restaura a eficácia moral e dá estatura política à concepção de pessoa (e ao familismo e comunitarismo correspondentes), em oposição ao crescente predomínio da concepção de indivíduo (e ao individualismo e à coisificação da pessoa resultantes).

Luiz Edson Fachin parece identificar-se com o humanismo da primeira tendência, que reflete as orientações do personalismo, de Emmanuel Mounier, o pensador católico que fundou e dirigiu a revista *Esprit*. Ele não inaugurará essa tendência no STF. Em anos recentes a Suprema Corte tem sido chamada a opinar sobre questões como a dos territórios indígenas, o consequente direito à diferença e a própria concepção de nacionalidade brasileira.



**JOSÉ DE SOUZA MARTINS** É SOCIÓLOGO. PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA USP. ENTRE OUTROS LIVROS, AUTOR DE *A POLÍTICA DO BRASIL LÚMPEN E MÍSTICO* (CONTEXTO).

# Poder Judiciário: ativismo versus proatividade

**A** vida resplende mesmo é nos instantes de sua unidade. Se é feita de polos contrapostos (não há nada que não tenha o seu oposto), termina por colocá-los em conciliado funcionamento para o alcance de uma terceira e superlativa unidade. Por ilustração, óvulo e espermatozoide se unificam na mais qualificada estrutura celular do embrião. As duas margens de um rio buscam na corrente desse mesmo rio o seu ponto de otimizado diálogo. As asas de um mesmo pássaro se colocam em convergente funcionalidade para produzir o milagre do voo. O sentimento e o pensamento humano bem podem celebrar um casamento por amor que vai redundar no partejamento da consciência. Verdadeiro topo de cada um de nós, a nos possibilitar ver as coisas com mais clareza, lonjura, profundidade e largueza.

Pois bem, o Direito aprecia esse modo instigante de ser da eterna moça que é a vida. Basta lembrar que a dicotomia do Direito Público e do Direito Privado vai encontrar na Constituição a sua mais perfeita síntese. A população como categoria demográfico-econômica e o povo como categoria jurídico-político têm a superá-los a nação como realidade exclusivamente política; ou seja, a nação como fonte única da Constituição originária, porque só ela é detentora do Poder Constituinte. O princípio da democracia liberal e o da democracia social a afunilarem para o princípio da democracia fraternal ou solidária. O indivíduo e a sociedade a ter na comunidade (de *communis unidate*) a melhor

**O juiz deve atuar apenas desvelando a inteira compostura das normas jurídicas**

chance de conciliação entre os respectivos interesses e valores. Interesses dos indivíduos, valores da sociedade. E vem o que mais interessa: a dualidade Poder Legislativo/Poder Executivo a ter nesse ponto de unidade que é o Poder Judiciário a garantia de que as leis serão produzidas de acordo com a Constituição e os decretos guardarão conformidade tanto com as leis quanto com a Constituição mesma. Garantia, ainda, de que os espaços de competência de um não serão usurpados pelo outro, embora esse papel de garante ou fiador termine por habilitar, na prática, o Judiciário a ditar o seu próprio espaço de competência.

Numa frase, assim como não se pode impedir a imprensa de falar primeiro sobre as coisas, não se pode impedir o Judiciário de falar por último. É o Direito a coreografar a dança da sua própria unidade, por imitação à vida. Empoderamento excessivo? Não! A resposta é negativa porque a Constituição mesma avia um receituário de contenção do Poder Judiciário brasileiro nos quadrantes de sua função de julgar. Não de legislar nem de se substituir ao Poder Executivo. Apresta um eficaz estoque de antídotos contra descomedimentos funcionais, de que servem de amostra: o julgar segundo pautas processuais legalmente estabelecidas, incorporantes, além do mais, das garantias do contraditório e da ampla defesa; a publicidade das sessões de julgamento e das decisões

proferidas; o dever da fundamentação de todo e qualquer ato decisório, sob pena de nulidade; a prestação jurisdicional concomitante ao desempenho, por outros profissionais do Direito, de funções essenciais à jurisdição mesma (falo dos membros do Ministério Público, da advocacia pública e privada e da Defensoria Pública); a submissão ao mais ampliado sistema recursal; a permanente vigília correicional do Conselho Nacional de Justiça, com ênfase no controle da atuação administrativa e financeira de órgãos e agentes de qualquer escalão judiciário (tirante o STF e seus ministros).

Antídotos que tais, já se vê, são instituídos para salvar os magistrados de si mesmos. De seu eventual impulso para o voluntarismo, prepotência, arrogância, pose, *espírito de corpo*, subserviência, nepotismo, desatualização cognitiva, morosidade, inassiduidade e, no limite, venalidade (crime de dar engulhos no próprio Lúcifer). Antídotos ou anteparos que, se bem ministrados, ainda ajudam à conscientização dos próprios julgadores de que eles não podem incidir no que se tem chamado de "ativismo judicial". Que se traduz em antijurídica investidura do julgador na função de fonte das próprias leis. Rendido à tentação de vê-las como servientes do seu querer subjetivo, e não como veículos de normas que se dotam de vontade própria. Que é uma vontade objetiva delas, e não uma vontade subjetiva deles.

**CONTINUA**

24 MAI 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

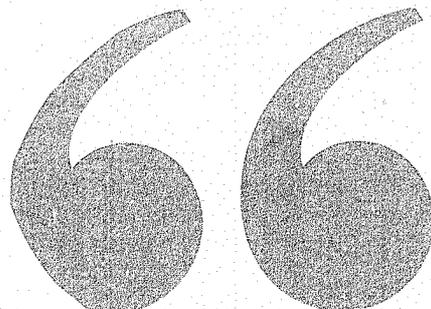
Mas não se pode confundir ativismo judicial com proatividade interpretativa. O ativismo é proibido, a proatividade é dever. Dever de desentranhar dos dispositivos jurídicos, isoladamente e também imersos no sistema de que eles façam parte, todas as respectivas angulações ou propriedades normativas. Dever de não ficar aquém do potencial normativo ali engastado. Dever, enfim, de imprimir aos enunciados jurídicos todos os ganhos de funcionalidade sistêmica a que eles se predisponham. Inclusive e sobretudo diante de comandos ativistas por si mesmos. Ativismo, óbvio, não como subjetiva postura do intérprete, porém como objetivo traço de preceitos que tudo investem na sua própria força normativa. Sem nenhuma dependência de legislação intercalar, portanto. Como faz a Constituição, por amostragem, nos parágrafos 1.º e 2.º do seu artigo 5.º: o primeiro, a dizer que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”; o segundo, a ordenar que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados (...)”.

Concluo, citando opinião atribuída a Michelangelo: “As estátuas não se fazem. Elas já estão feitas no mármore bruto. Eu apenas removo os excessos”. Pois assim é que deve ser o atuar do juiz: apenas desvelar (de tirar os véus) a inteira compostura das normas jurídicas. Desvelar argumentativamente normas já abrigadas no objeto de sua interpretação. Mas fazê-lo com todo o empenho, paciência, imparcialidade, independência, sentimento, pensamento e consciência, pois a norma só se dá por inteiro a quem por inteiro se dá a ela.



24 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO



Antes preciso ter essa **vontade**.  
Até agora **não tive**. Isso não  
quer dizer que eu não possa vir a ter

**JOAQUIM BARBOSA**, ex-ministro do STF, em palestra na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, em São Paulo, respondendo se pensa em ser candidato a presidente da República em 2018

24 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### A ciranda da isonomia

**D**epois de recusar viagens de trabalho, sob a justificativa de que o valor das diárias é baixo, os advogados públicos federais com funções de chefia estão entregando seus cargos e os demais membros da carreira se comprometeram a não aceitar substituí-los. Integradas por procuradores da Fazenda e do Banco Central e advogados da Advocacia-Geral da União (AGU), a categoria tem cerca de 9 mil membros e exige a “valorização” da profissão.

Entre outras reivindicações, os advogados federais querem a convocação dos aprovados nos concursos de procurador federal e procurador do Banco Central. Pedem a criação imediata de uma carreira de apoio, integrada por servidores técnicos, para auxiliá-los. Reclamam do número excessivo de processos. E ainda defendem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 82/2007, que assegura autonomia administrativa aos advogados públicos.

A principal reivindicação é salarial. Alegando que ganham menos do que juizes federais e procuradores do Ministério Público Federal, os advogados federais exigem equiparação salarial, em nome da “paridade remuneratória das carreiras jurídicas”. Segundo os sindicatos da categoria, na AGU um advogado recebe R\$ 17,3 mil no início da carreira e R\$ 22,5 mil no final. Já na Justiça Federal e no Ministério Público, o valor mé-

dio dos vencimentos – com o auxílio-alimentação e outros penduricalhos somados – supera R\$ 30 mil. E, com o auxílio moradia de R\$ 4,3 mil e o “adicional de substituição”, o valor chega a R\$ 42,3 mil.

Os advogados também acusam o Ministério do Planejamento de ignorar suas reivindicações e refutam o argumento de que, num período de corte de gastos e ajuste fiscal, o governo não teria recursos para equiparar os salários das carreiras jurídicas. “É uma falácia o argumento de que não há recursos. Para cada real investido na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, retornamos R\$ 20 à União. No ano passado, só em recuperação de tributos federais foram mais de R\$ 20 bilhões alcançados pelo órgão”, diz o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda, Heráclio Camargo. “Fomos empurrados pela intransigência do governo a esta mobilização mais contundente”, afirma o diretor-geral da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, Roberto Mota, depois de lembrar que os protestos da categoria podem comprometer “a viabilização de políticas públicas e a consultoria jurídica da União”.

Em ofício enviado aos deputados federais, que têm de votar os cortes de despesas para ajustar o Orçamento à queda de arrecadação, a Associação Nacional dos Advogados da União afirma que os recentes projetos por eles aprovados, conferindo à Defensoria Públi-

ca Federal autonomia administrativa e salarial, desencadearam “um desequilíbrio remuneratório entre atividades de mesma prevalência constitucional”. A entidade também alega que a falta de isonomia salarial entre as carreiras jurídicas tem estimulado os advogados públicos federais a prestar concurso para a Justiça e para o Ministério Público federais, “o que faz com que a AGU vire uma instituição de passagem e perca sua memória institucional”.

Essa é mais uma demonstração de uma velha praga na administração pública – a ciranda da isonomia. Não é de hoje que a busca de equiparações salariais se tornou a principal bandeira das carreiras mais organizadas do funcionalismo público, que parecem não compreender que os recursos são finitos. As negociações por elas feitas com o Executivo não giram em torno de ganhos de produtividade, mas de reivindicações irrealistas – e quando uma delas é concedida a uma categoria, as demais imediatamente exigem o mesmo tratamento. Não é por acaso que, como reconhece a Associação Nacional dos Advogados Públicos da União, os delegados federais também estão fazendo as mesmas reivindicações, além de defender a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 443/2009. Em seu artigo 39, parágrafo 9.º, a PEC assegura a equiparação de todas as carreiras jurídicas do Estado, tomando por base as categorias que pagam os maiores salários.

25 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# A Justiça e a corrupção

**A**o estabelecer as metas de produtividade para 2014, os presidentes dos tribunais brasileiros se comprometeram, entre outros objetivos, a julgar todos os processos de improbidade administrativa e todas as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública – inclusive corrupção – distribuídos até dezembro de 2012. Na época, segundo as estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 20,8 mil processos de improbidade e 88,8 mil ações envolvendo crimes contra a administração pública aguardavam julgamento.

Ao consolidar o balanço das atividades desses tribunais no ano passado, o Departamento de Gestão Estratégica do CNJ constatou que apenas 55,42% da meta foi atingida. A maior carga de trabalho ficou com os Tribunais de Justiça, que julgaram 50,4% de seu estoque de ações. Dos 53,9 mil processos julgados, 39,7 mil eram relacionados a práticas que lesam o patrimônio público. O melhor desempenho foi dos Tribunais de Justiça do Acre e do Amapá. Como são Estados pequenos e pouco populosos, as duas Cortes têm um volume reduzido de processos em tramitação e a maioria das ações trata de questões corriqueiras e relativamente simples.

Já os Tribunais de Justiça dos Estados mais populosos e desenvolvidos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Ge-

rais, têm um volume muito maior de ações para julgar. E como muitas primam pela complexidade técnica em matéria de direito penal, elas acabam sendo conduzidas por escritórios de advocacia que não hesitam em interpor os mais variados tipos de recursos judiciais – inclusive com propósitos protelatórios – na defesa de seus clientes. Por isso, como estão sobrecarregadas, essas cortes enfrentam mais dificuldades do que os demais tribunais para alcançar as metas de produtividade do CNJ. E a tramitação dos processos também tende a ser mais lenta.

A segunda maior carga de trabalho ficou com a Justiça Federal. Dos 68 mil processos distribuídos até dezembro de 2012 na instituição, cerca de 41 mil tratavam de crimes contra a administração pública. No decorrer de 2014, as varas federais e os Tribunais Regionais Federais conseguiram alcançar 58% da meta. “Pela relevância em reprimir ilícitos contra a administração, deve o Poder Judiciário empenhar-se no julgamento destas ações”, disse Gilberto Valente Martins, que representa o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República no CNJ e é o coordenador dessa meta, em entrevista ao *Consultor Jurídico*.

Os braços especializados do Judiciário que mais se destacaram no cumprimento da meta de julgar todos os processos de corrupção e improbidade administrativa distribuídos até 2012, segundo o Departamento

de Gestão Estratégica do CNJ, foram tribunais pequenos e especializados. De 564 processos, a Justiça Militar Estadual julgou 546 – ou seja, cumpriu 96% da meta. Já o Superior Tribunal Militar alcançou 86% do objetivo traçado pelo órgão encarregado de promover o controle administrativo da Justiça brasileira. Outra corte com bom desempenho foi o Superior Tribunal de Justiça, que havia se comprometido a julgar 100% das ações distribuídas até 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012. Das 9,8 mil ações relacionadas a atos de corrupção e crimes contra a administração pública, a Corte – a mais importante do País, depois do Supremo Tribunal Federal – julgou 7,5 mil, alcançando, assim, 77% da meta.

A meta relativa às ações que envolvem improbidade administrativa e crimes contra a administração pública foi criada há dois anos e meio, durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. Desde então, é um termômetro importante para avaliar o combate à corrupção. Um baixo índice de consecução da meta sinaliza pouco rigor no combate à corrupção – e, por tabela, impunidade, dado o número de processos que acabam prescrevendo. Ao revelar que em 2014 os tribunais na média cumpriram só metade da meta, o CNJ deixa claro que eles têm de se empenhar ainda mais para fazer o que a sociedade deles espera, em matéria de moralização da administração pública.

25 MAI 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

## CHEFIA RELÂMPAGO

**N**ão durou nem 20 dias a passagem da vice-governadora Cida Borghetti pela chefia do Escritório de Representação do Paraná em Brasília. Indicada pelo governador Beto Richa no dia 4 de maio, ela foi exonerada do cargo na última sexta-feira. Um decreto publicado no Diário Oficial tornou sem efeito sua nomeação. De acordo com a assessoria da vice-governadora, na prática não muda nada, pois Cida continua coordenadora de um grupo de trabalho formado por secretários e técnicos da Vice-governadoria, Casa Civil, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Procuradoria Geral e do próprio Escritório de Representação do Paraná em Brasília. Ela segue com a função de organizar a relação do Paraná com Brasília. No cargo em que Cida estava, nas funções executivas, será nomeado outra pessoa, que ficará a semana toda em Brasília.

## CONDENADO

**A** crise no governo estadual parece mesmo não ter fim. A semana passada terminou com o governador sendo condenado, ao lado do dono da empresa Helisul e do chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, a indenizar o estado em R\$ 2 milhões. A decisão é da 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. A condenação é por causa da contratação de um avião a jato e de um helicóptero sem licitação, entre março e junho de 2011, que é contestada por uma ação popular.

## VAI RECORRER

**E**m nota, o governo diz que o contrato foi assinado "respaldado em parecer jurídico garantindo a legalidade da contratação" e "foi amparado ainda na avaliação técnica de membros da Casa Militar, que atestaram a necessidade da contratação". O governador Beto Richa já avisou que vai recorrer da decisão.

## DÍVIDAS

**P**ra botar ainda mais lenha na fogueira, o governo do estado decidiu retomar o projeto que estabelece um novo teto pra que as dívidas judiciais sejam transformadas em precatórios antes de ser pagas. A proposta fazia parte do "pacotão" de ajuste fiscal, mas acabou sendo retirada, pra diminuir o número de frentes de batalha naquele momento.

## PEQUENOS

**O** projeto desagrada à Ordem dos Advogados do Brasil, que diz que o projeto é prejudicial pra quem tem dívidas pequenas a receber do governo. Os mais prejudicados seriam pequenas empresas, pessoas físicas e, especialmente, doentes e idosos. Pela regra atual, viram precatório dívidas de mais de 40 salários mínimos. As outras são pagas imediatamente. O governo diz que, por lei federal, já deveria ter reduzido o limite.

# IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira  
- Advogado

23 MAI 2015

## O NOVO MINISTRO DO SUPREMO

Ser indicado para ocupar vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal não é fácil. Primeiramente é preciso ter conduta ilibada na vida pública e privada, e depois é necessário sólida cultura jurídica.

Luiz Edson Fachin, minha esposa, Dalmi, e eu fomos colegas na Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, juntos, participamos de vários Congressos de Direito realizados, inclusive, em outras partes da Federação brasileira.

Posso testemunhar sobre a dedicação do Fachin e a forma como era ouvido nos debates que se travavam.

Sempre foi persistente nas teses que defendia. Por-se-á dizer, até, que era teimoso. A melhor prova disto encontra-se no fato de que, por doze vezes, concorreu a uma vaga na mais alta Corte do País e só agora, por méritos próprios, conseguiu o que sonhava. Alguns chegaram a dizer que o Fachin nem é paranaense, pois, nasceu em Santa Catarina. É verdade. Mas não é, também, menos verdade que adotou o Paraná como a sua terra, pois, aqui estudou, constituiu família e a sua digna esposa, Rosana Amara Girardi Fachin, uma culta desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Fachin enfrentou, agora, como a Presidente Dilma, a injúria e a infâmia, tendo chegado-se a dizer que advogou, até contra o Brasil num incidente entre a binacional Itaipu e o Paraguai.

Quando o ser humano une sua vida a vida do Estado ou da Nação que o recebe e a aceita, não é a região territorial que o qualifica, mas é ele quem a exalta pelos predicados que revela.

Luiz Edson Fachin notabilizou-se como advogado, principalmente como advogado e é nesta condição que irá preencher a vaga destinada ao quinto constitucional.

A ascensão do eminente professor acontece num momento de transição política e administrativa do Poder Judiciário ou no exato momento em que as leis ordinárias e excepcionais sofrem mutações.

Os recursos e os problemas de jurisdição vêm sendo alterados - não pelo Poder Legislativo - mas pelos próprios magistrados quando interpretam e aplicam as leis.

Dizer-se, maldosamente, que Fachin foi escolhido por ser do PT em nada o deslustra, prova somente que essa agremiação soube compor-se de muita gente. Existem exceções, mas exceções existem por toda a parte. O fato de um cidadão integrar ou não um partido político não significa que vá transformar a sua liberdade e sua independência em bandeiras de Comitê eleitoral. O Supremo Tribunal Federal, para onde vai, é uma instituição judicial e não se confunde com ideologias.

Alguém perguntará com malícia o que pretende o articulista com esse elogio? E a resposta está em IHERING: "a ideia do direito encerra uma antítese que se origina desta ideia, da qual jamais se pode absolutamente separar: a luta e a paz; a paz é o termo do direito, a luta o meio de obtê-lo"...

O amigo de ontem foi na Procuradoria do Estado foi leal e honesto consigo mesmo, em todo o pronunciamento que fez; que o seja, também, na mais alta Corte de Justiça do Brasil.

23 MAI 2015

# IMPACTO PARANÁ

## CANTINHO SIGILOSO

Não é o governador que tem medo de cortar repasse de verbas a todos os demais Poderes do Estado para encontrar recursos capazes de arcar com o reajuste de 8,17% do professorado, motivo da atual paralização da classe. São os próprios parlamentares que se negam a cortar na carne este repasse, preocupados em ficarem incompatibilizados com o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público. O impacto promete nos próximos dias ainda gerar discussões pois nem os parlamentares que em recente passado esnobaram devolução de recursos ao governo querem agora reduzir seus repasses legislativos. Com o Judiciário, principalmente, ninguém quer brigar nem discutir tal questão.

Em quanto está hoje a conta que o Judiciário precisa cobrar da APP-Sindicato por conta da greve dos professores desde 27 de abril? Na época, pesada multa foi estabelecida por dias sem aulas, e a conta continua aumentando tendo chegado, certamente, a alguns milhões de reais. Quem vai pagar este pepino? O professorado? O PT? O assunto por enquanto nem começou a ser discutido porque a greve continua e, naturalmente, a conta já aumentou consideravelmente. Com quase dois meses de greve, imaginem quando está custando na Justiça esta situação. Empurrar pra debai-

xo do tapete esta conta não é possível pois seria a desmoralização total da Justiça. E agora? Isto sem falar no pagamento do professorado que começou a ter anotado no ponto suas faltas e no final deste mês deverá sentir no bolso o quanto custou aderir entusiasmado ao discurso da APP-Sindicato, dos derrotados políticos e do PT.

Diante das suspeitas de que o saudoso deputado José Janene esteja vivo, a hipótese de uma exumação chegou a ser levantada nesta semana, causando terror na família do morto. Stael Fernanda, pedindo respeito a ela como esposa, e aos filhos, rechaçou frontalmente a ideia de que existam pessoas imaginando tal situação. Imaginar, também, que o cadáver pudesse ter levado no caixão os milhões que ajudou a roubar com o escândalo do Mensalão e da Petrobras, e outro absurdo que nos últimos dias esteve no noticiário de uns e outros. Depois daquela que tentaram envolver o nome da primeira dama do Paraná numa sórdida denúncia anônima, tudo está sendo possível e não se constitui mais em novidade. O PT, derrotados políticos, interessados no quanto pior, melhor, continuam armando situações que abusam da inteligência do povo que está desconfiado de quem vem sendo usado também como massa de manobra.



Desembargador Antonio Loyola esteve ausente e com isso adiou por 15 dias uma decisão a respeito da volta ou não de Mauricio Requião a condição de conselheiro efetivo do Tribunal de Contas do Paraná. Ele é relator da

matéria que pode levar de volta ao TC o irmão do ex-governador Requião. A situação está se encaminhando, imaginam alguns, para o mesmo tipo de condição em que está hoje Fabio Camargo, isto é, recebendo sem trabalhar e esperando a próxima vaga quando seria ocupado novamente o espaço vago há alguns anos.